

# Demonstrações Contábeis Anuais Completas 2019

Enel Distribuição Goiás

CELG DISTRIBUIÇÃO S.A.  
20 de fevereiro de 2020

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019**

**Prezados Acionistas,**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Celg Distribuição S.A. – CELG D (“Enel Distribuição Goiás” ou “Companhia”) submete à apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os dados operacionais marcados com (\*) não foram auditados pela auditoria independente Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

**1 AMBIENTE REGULATÓRIO\***

**Bandeiras Tarifárias**

Desde janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que influenciam o custo de energia ao consumidor final em função das condições de geração de eletricidade, conforme abaixo:

**Bandeira verde:** condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.

**Bandeira amarela:** condições de geração menos favoráveis.

De 01/02/2017 a 30/04/2018: A tarifa sofreu acréscimo de R\$ 2,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.203/2017);

De 01/05/2018 a 30/06/2019: A tarifa amarela sofreu redução e ficou estipulada em R\$ 1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.392/2018).

De 01/07/2019 a 31/10/2019: A tarifa amarela sofreu acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2551/19).

A partir de 01/11/19: A tarifa sofreu acréscimo de R\$ 1,343 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2628/19).

**Bandeira vermelha:** condições mais custosas de geração.

De 01/11/2017 a 30/04/2018: As tarifas tiveram acréscimo de R\$ 3,00 para o patamar 1 enquanto o patamar 2 passou a ser R\$ 5,00 para cada 100 kWh consumidos (Audiência Pública 061/2017);

De 01/05/2018 a 30/06/2019: As tarifas tiveram os seguintes acréscimos: R\$ 3,00 (patamar 1) e R\$ 5,00 (patamar 2) para cada 100 kWh consumidos (REH 2.392/2018).

De 01/07/2019 a 31/10/2019: Acréscimos nas tarifas de R\$ 4,00 (patamar 1) e R\$ 6,00 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2551/19).

A partir de 01/11/19: Acréscimos nas tarifas de R\$ 4,169 (patamar 1) e R\$ 6,243 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2628/19).

\* Valores não auditados pelos auditores independentes

As bandeiras tarifárias que vigoraram até dezembro de 2019, estão demonstradas a seguir:

2019	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarela	Verde	Amarela	Vermelha 1	Vermelha 1	Amarela	Vermelha 1	Amarela
PLD gatilho - R\$/MWh	116,53	283,16	286,02	167,83	114,92	42,35	175,44	224,19	200,18	233,59	292,87	225,92

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

### Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 22 de dezembro de 2017, a Resolução Homologatória n.º 2.364 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2018. O PLD máximo foi fixado em R\$ 505,18/MWh e o valor mínimo em R\$ 40,16/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018.

Em 18 de dezembro de 2018, a Resolução Homologatória n.º 2.498 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2019. O PLD máximo foi fixado em R\$ 513,89/MWh e o valor mínimo em R\$ 42,35/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2019.

Em 17 de dezembro de 2019, a Resolução Homologatória n.º 2.655 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2020. O PLD máximo foi fixado em R\$ 559,75/MWh e o valor mínimo em R\$ 39,68/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2020.

### Reajuste Tarifário Anual

Conforme estabelecido em seu contrato de concessão, a cada 5 (cinco) anos, a Companhia passa pelo processo de revisão tarifária periódica. De acordo com a Resolução Homologatória n.º 2.470, de 16 de outubro de 2018, foi aprovada a revisão tarifária da Enel Goiás de 18,54%, em média, com vigência de 22 de outubro de 2018 a 21 de outubro de 2019. Para os consumidores de baixa tensão, o aumento oriundo da revisão ficou em torno de 15,31%. Já para os clientes de média e alta tensão, o reajuste foi cerca de 26,52%.<sup>2</sup>

Em 22 de outubro de 2019, a Aneel aprovou o reajuste tarifário da Enel Distribuição Goiás. O reajuste para consumidores de baixa tensão, em sua maioria clientes residenciais, foi de -4,32%, e para os clientes de média e alta tensão, em geral indústrias e grandes comércios, o índice aprovado foi de -2,89%. O reajuste que foi homologado por meio da resolução homologatória n.º 2.626 resultou, em média, de -3,90% e vigorará de 22 de outubro de 2019 a 21 de outubro de 2020.

### Plano de Aceleração de Investimentos

Considerando os desafios enfrentados no fornecimento de energia em nossa área de concessão, e com o objetivo de antecipar a solução para as questões de demanda reprimida e novas conexões presentes na Companhia na época da aquisição, foi assinado, em agosto de 2019, um acordo entre Companhia, Governo do Estado, Ministério de Minas e Energia e ANEEL, cujo é objetivo sanar estes pontos até 2022.

Tal acordo prevê, entre outros compromissos assumidos, a adição ao todo de 1.500 MVA de capacidade instalada de energia no Estado, um incremento de 26% em relação à capacidade atual, e considera a entrada em operação de 17 novas subestações no estado, beneficiando 27 municípios em nossa área de concessão.

## 2 PRINCIPAIS INDICADORES

Destques do Período	Em 31 de Dezembro			
	2019	2018	Varição	Varição
Receita Bruta (R\$ mil)	10.158.454	9.320.066	838.388	9,0%
Receita Líquida (R\$ mil)	6.023.343	5.425.461	597.882	11,0%
EBITDA (1) (R\$ mil)	425.410	912.167	(486.757)	-53,4%
Margem EBITDA (%)	7,06%	16,81%	-	-9,75 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção	8,23%	19,20%	-	-10,97 p.p
EBIT (2) (R\$ mil)	90.526	579.116	(488.590)	-84,4%
Margem EBIT (%)	1,50%	10,67%	-	-9,17 p.p
Lucro Líquido / (Prejuízo Líquido) (R\$ mil)	(99.669)	1.551.851	(1.651.520)	<-100,0%
Margem Líquida	-1,65%	28,60%	-	-30,25 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	-1,93%	32,66%	-	-34,59 p.p
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	14.312	13.726	586	4,3%
CAPEX (R\$ mil)*	790.091	756.678	33.412	4,4%
DEC (12 meses)*	23,06	26,61	(3,55)	-13,3%
FEC (12 meses)*	11,32	15,02	(3,70)	-24,6%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	98,08%	99,31%	-	-1,23 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	12,25%	11,62%	-	0,63 p.p
Nº de Consumidores Totais*	3.114.072	3.027.839	86.233	2,8%
Nº de Colaboradores (Próprios)*	1.098	1.098	-	-
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	1.307	1.444	(136)	-9,5%
PMSO (3)/Consumidor*	269,67	160,51	109	68,0%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	284	318	(34)	-10,7%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	10.946	9.509	1.437	15,1%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço e (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

## 3 DESEMPENHO OPERACIONAL / COMERCIAL

### Mercado de Energia

Número de Consumidores	Em 31 de Dezembro			
	2019	2018	Varição	Varição
	(Unidades)			
Residencial (1)	2.583.323	2.504.162	79.161	3,2%
Industrial	8.788	9.103	(315)	-3,5%
Comercial	208.179	209.028	(849)	-0,4%
Rural	192.054	186.721	5.333	2,9%
Setor Público e Agente de Distribuição	22.081	21.121	960	4,5%
<b>Mercado Cativo</b>	<b>3.014.425</b>	<b>2.930.135</b>	<b>84.290</b>	<b>2,9%</b>
Industrial	197	156	41	26,3%
Comercial	100	70	30	42,9%
Rural	1	-	1	n.a
Setor Público	1	-	1	n.a
<b>Clientes Livres</b>	<b>299</b>	<b>226</b>	<b>73</b>	<b>32,3%</b>
Revenda/Consumo próprio	536	512	24	4,7%
<b>Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados</b>	<b>3.015.260</b>	<b>2.930.873</b>	<b>84.387</b>	<b>2,9%</b>
Consumidores Ativos Não Faturados	98.812	97.220	1.592	1,6%
<b>Total - Número de Consumidores</b>	<b>3.114.072</b>	<b>3.028.093</b>	<b>85.979</b>	<b>2,8%</b>

(1) Residencial comercial e baixa renda

A Companhia encerrou 2019 com um aumento de 2,9% em relação ao número de consumidores cativos faturados em 2018. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado, principalmente, na classe residencial, com aumento de 79.161 unidades consumidoras. Essa evolução reflete, sobretudo, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Companhia.

### Venda de Energia na Área de Concessão

Venda e Transporte de Energia*	Em 31 de Dezembro			
	2019	2018	Variação	Variação
	(GWH)			
Mercado Cativo	11.284	10.996	288	2,6%
Clientes Livres	3.028	2.730	298	10,9%
<b>Total - Venda e Transporte de Energia</b>	<b>14.312</b>	<b>13.726</b>	<b>586</b>	<b>4,3%</b>

(1) Não considera Consumo Próprio, Revenda e Unidades não faturadas.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Enel Distribuição Goiás, em 2019, apresentou um incremento de 585 GWh em relação ao ano de 2018, decorrente tanto do maior consumo do mercado cativo quanto do maior volume de energia transportada para clientes livres. Essa energia transportada gera uma receita para a Enel Goiás por meio da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

### Mercado Cativo

Venda de Energia no Mercado Cativo*	Em 31 de Dezembro			
	2019	2018	Variação	Variação
	(GWH)			
Residencial	5.075	4.756	319	6,7%
Industrial	832	1.098	(266)	-24,2%
Comercial	2.293	2.190	103	4,7%
Rural	1.541	1.425	116	8,1%
Setor Público	1.543	1.528	15	1,0%
<b>Total - Venda de Energia no Mercado Cativo</b>	<b>11.284</b>	<b>10.997</b>	<b>287</b>	<b>2,6%</b>

A venda de energia no mercado cativo da Companhia apresentou um incremento de 2,6% no ano de 2019 quando comparado com 2018. O principal fator que ocasionou essa evolução foi o crescimento vegetativo do mercado cativo, que adicionou 84.290 novos consumidores\* à base comercial cativa da Companhia.

Venda de Energia per Capita no Mercado Cativo*	Em 31 de Dezembro			
	2019	2018	Variação	Variação
	(KWH/CONS.)			
Residencial	1.964	1.899	65	3,4%
Industrial	94.692	120.601	(25.909)	-21,5%
Comercial	11.016	10.476	540	5,2%
Rural	8.023	7.631	392	5,1%
Setor Público	69.884	72.335	(2.451)	-3,4%
<b>Total - Venda de Energia per Capita no Mercado Cativo</b>	<b>3.743</b>	<b>3.753</b>	<b>(10)</b>	<b>-0,3%</b>

### Indicadores Operacionais

\* Valores não auditados pelos auditores independentes

Indicadores Operacionais e de Produtividade*	Em 31 de Dezembro			
	2019	2018	Variação	Variação
DEC 12 meses (horas)	23,06	26,61	(3,55)	-13,3%
FEC 12 meses (vezes)	11,32	15,02	(3,70)	-24,6%
Perdas de Energia 12 meses (%)	12,25%	11,62%	-	0,63 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	98,08%	99,31%	-	-1,23 p.p
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	1.307	1.444	(137)	-9,5%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	275	308	(33)	-10,7%
PMSO (1)/Consumidor	278,55	165,85	113	68,1%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	10.946	9.509	1.437	15,1%

(1) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. Ambos os indicadores apresentaram uma melhora em 2019 comparado a 2018, com redução no DEC em 13,3% e do FEC em 24,6%. O resultado deve-se, principalmente, à implantação do sistema de telecontrole, aplicação de nova metodologia para definição do plano de manutenção que contemplou ações como poda de árvores, inspeções aéreas, correções de anomalias, e implementação do “Plano Verão” que contou com a entrada de equipes extras para atendimentos emergenciais.

A Enel Goiás investiu R\$ 289,9 milhões\* em qualidade do sistema no ano de 2019, um aumento de 18,8%, quando comparado a 2018.

As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o resultado de 12,25%\* em 2019, um aumento de 0,63 p.p. em relação às perdas registradas em 2018, de 11,62%. Os principais fatores que contribuíram para este aumento foram: (i) cenário econômico desafiador decorrente do aumento de tarifa de energia no último trimestre do ano de 2018; (ii) aumento das perdas técnicas associados a uma temperatura mais elevada em 1°C no ano de 2019 quando comparado em 2018; e (iii) realocação de equipes de combate às perdas para atendimentos emergenciais.

Nos últimos 12 meses, foram investidos R\$ 37,9 milhões\* no combate às perdas, contra R\$ 52 milhões em 2018.

## 4 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Principais Contas de Resultado e Margens	Em 31 de Dezembro			
	2019	2018	Variação	Variação
	(R\$ Mil)			
Receita Operacional Bruta	10.158.454	9.320.066	838.388	9,0%
Deduções à Receita Operacional	(4.135.111)	(3.894.605)	(240.506)	6,2%
Receita Operacional Líquida	6.023.343	5.425.461	597.882	11,0%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(5.932.817)	(4.846.345)	(1.086.472)	22,4%
<b>EBITDA(1)</b>	<b>425.410</b>	<b>912.167</b>	<b>(486.757)</b>	<b>-53,4%</b>
Margem EBITDA	7,06%	16,81%	-	-9,75 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	8,23%	19,20%	-	-10,97 p.p
EBIT(2)	90.526	579.116	(488.590)	-84,4%
Margem EBIT	1,50%	10,67%	-	-9,17 p.p
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	45.186	1.161.313	(1.116.127)	-96,1%
<b>Lucro Líquido</b>	<b>(99.669)</b>	<b>1.551.851</b>	<b>(1.651.520)</b>	<b>&lt;-100,0%</b>
Margem Líquida	-1,65%	28,60%	-	-30,25 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	-1,93%	32,66%	-	-34,59 p.p
Lucro por Ação (R\$/ação)*	(0,39)	6,08	(6,47)	-100,0%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço

\* Valores não auditados pelos auditores independentes

## Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Companhia aumentou R\$ 838,4 milhões em relação ao ano de 2018. Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, em 2019, alcançou o montante de R\$ 9.303 milhões, o que representa um aumento de 7.6% (R\$ 656,4 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 8.646,7 milhões. Este aumento reflete o efeito líquido dos seguintes fatores:

Receita Operacional Bruta	Em 31 de Dezembro			
	2019	2018	Variação	Variação
	(R\$ Mil)			
Fornecimento de Energia Elétrica	9.032.480	8.019.362	1.013.118	12,6%
Suprimento - Agente de Distribuição	45.327	39.906	5.421	13,6%
Baixa renda	38.501	35.457	3.044	8,6%
Subvenção CDE - desconto tarifário	354.150	392.547	(38.397)	-9,8%
Receita de construção	855.363	673.392	181.971	27,0%
Ativos e passivos financeiros setoriais	(143.206)	86.237	(229.443)	<-100,0%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(159.322)	(73.960)	(85.362)	>100,0%
Outras receitas	135.161	147.125	(11.964)	-8,1%
<b>Total - Receita Operacional Bruta</b>	<b>10.158.454</b>	<b>9.320.066</b>	<b>838.388</b>	<b>9,0%</b>

### Variações relevantes

Fornecimento de Energia Elétrica (incremento de R\$ 1.013,1 milhões): variação positiva associada, principalmente, ao (i) maior volume total de energia vendida, 4,3%, com destaque para o incremento de 69,8% na receita oriunda de consumidores livres (R\$ 403,3 milhões em 2019 versus R\$ 237,4 no ano anterior); e (ii) o aumento na tarifa média em 2019, resultado da Revisão Tarifária de 2018 (+18,54%), parcialmente compensado pelo (iii) reajuste tarifário anual do último exercício, ocorrido em outubro de 2019, que resultou em uma redução média de 3,90% aplicada sobre as tarifas.

Receita de Construção (incremento de R\$ 182,0 milhões): aumento de 27% devido ao maior volume líquido de investimentos executado em 2019, direcionado principalmente a qualidade da operação e atividades de manutenção.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

Ativos e passivos financeiros setoriais (redução de R\$ 229,4 milhões): devido, principalmente, à redução do ativo regulatório registrada no ano de 2019, impactada pelo reconhecimento tarifário de outubro de 2018, além da hidrologia dos respectivos períodos.

Compensações aos consumidores – DIC/FIC/DMIC/DICRI (aumento de R\$ 85,4 milhões): Compensação financeira recebida pelos clientes na fatura de energia, contabilizada como redutora da receita, registrou aumento, em função, principalmente, do ajuste na metodologia de cálculo das compensações financeiras de 2015 a 2018, que resultou na devolução do valor aos clientes em 2019.

## Deduções da Receita

As deduções da receita em 2019 apresentaram um incremento de R\$ 240,5 milhões em relação ao ano anterior, conforme variações abaixo:

Deduções da Receita	Em 31 de Dezembro			
	2019	2018	Variação	Variação
	(R\$ Mil)			
ICMS	(2.367.982)	(2.137.213)	(230.769)	10,8%
PIS	(162.138)	(149.648)	(12.490)	8,3%
COFINS	(739.504)	(689.286)	(50.218)	7,3%
ISS	(2.895)	(2.505)	(390)	15,6%
<b>Total - Tributos</b>	<b>(3.272.519)</b>	<b>(2.978.652)</b>	<b>(293.867)</b>	<b>9,9%</b>
Encargo setorial CDE	(803.120)	(892.641)	89.521	-10,0%
Ressarcimento P&D	-	29.328	(29.328)	-100,0%
P&D e eficiência energética	(52.567)	(47.477)	(5.090)	10,7%
Taxa de fiscalização	(6.905)	(5.163)	(1.742)	33,7%
<b>Total - Encargos Setoriais</b>	<b>(862.592)</b>	<b>(915.953)</b>	<b>53.361</b>	<b>-5,8%</b>
<b>Total - Deduções da Receita</b>	<b>(4.135.111)</b>	<b>(3.894.605)</b>	<b>(240.506)</b>	<b>6,2%</b>

### Variações relevantes

**Tributos (incremento de R\$ 293,9 milhões):** Esta variação é resultado, principalmente, do aumento da base de cálculo para estes tributos, em função do incremento observado na receita bruta da Companhia entre os períodos analisados.

**Encargos Setoriais (redução de R\$ 53,4 milhões):** Esta redução deve-se, principalmente, pelo encerramento, em agosto de 2019, da cobrança do CDE ACR conforme previa a Resolução Homologatória nº 2.521/19. Houve também redução do encargo CDE Uso e CDE Energia devido ao reajuste tarifário, Resolução Homologatória nº 2.626/19. Este efeito foi parcialmente compensado pela rubrica de Ressarcimento P&D, em função de devolução, pela União, em 2018, do excedente de arrecadação do adicional de 0,3% sobre a Receita Operacional Líquida – ROL, instituído pela Lei nº 12.111/2009.

## Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais em 2019 alcançaram R\$ 5.938,8 milhões, um incremento de R\$ 1.086,5 milhões em relação ao ano de 2018. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesa operacional, em 2019, alcançaram o montante de R\$ 5.077,5 milhões, o que representa um incremento de R\$ 904,5 milhões em relação ao ano de 2018, cujo montante foi de R\$ 4.173 milhões. Este incremento é o efeito das seguintes variações:

\* Valores não auditados pelos auditores independentes

Custos do Serviço e Despesas Operacionais	Em 31 de Dezembro			
	2019	2018	Variação	Variação
	(R\$ Mil)			
Energia elétrica comprada para revenda	(3.004.468)	(2.906.179)	(98.289)	3,4%
Encargos do uso do sistema de transmissão	(458.524)	(493.658)	35.134	-7,1%
Encargos de serviços do sistema	(3.117)	45.943	(49.060)	<-100,0%
<b>Total - Custos e Despesas Não Gerenciáveis</b>	<b>(3.466.109)</b>	<b>(3.353.894)</b>	<b>(112.215)</b>	<b>3,3%</b>
Pessoal	(160.198)	(164.923)	4.725	-2,9%
Material e Serviços de Terceiros	(648.571)	(429.463)	(219.108)	51,0%
Depreciação e amortização	(334.884)	(333.051)	(1.833)	0,6%
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(20.859)	(32.741)	11.882	-36,3%
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(56.981)	(28.671)	(28.310)	98,7%
Custo de construção	(855.363)	(673.392)	(181.971)	27,0%
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	(436.698)	-	(436.698)	-
Outras receitas/despesas operacionais	46.846	169.790	(122.944)	-72,4%
<b>Total - Custos e Despesas Gerenciáveis</b>	<b>(2.466.708)</b>	<b>(1.492.451)</b>	<b>(974.257)</b>	<b>65,3%</b>
<b>Total - Custos do Serviço e Despesas Operacionais</b>	<b>(5.932.817)</b>	<b>(4.846.345)</b>	<b>(1.086.472)</b>	<b>22,4%</b>

### Variações relevantes

Custos e despesas não-gerenciáveis (aumento de R\$ 112,2 milhões): decorrente, principalmente (i) do aumento na linha de Energia Elétrica comprada para Revenda, em R\$ 98 milhões, em função do maior volume de energia comercializado e refletindo resultado de reajuste tarifário anual.

Custos e despesas gerenciáveis (aumento de R\$ 974,3 milhões). Excluindo-se o efeito do Custo de Construção, os Custos e Despesas Gerenciáveis da Companhia, em 2019, alcançaram o montante de R\$ 1.611,3 milhões, o que representa um aumento de 96,7% (R\$ 792,3 milhões) em relação ao ano anterior que fechou em R\$ 819 milhões.

Essa variação deve-se, sobretudo ao: (i) registro de provisão sobre manutenção dos direitos ao FUNAC (Fundo de Aporte à CELG-D), de R\$ 436,7 milhões, que garantem o ressarcimento à Companhia de contingências cujo fato gerador seja anterior ao contrato de concessão; (ii) aumento nas despesas com serviços de terceiros e materiais (R\$ 219,1 milhões), reflexo das ações emergenciais de combate a interrupções de energia, ocorridas em especial no 2S19, ocasionando maior contratação de fornecedores e volume de manutenção na rede; e (iii) efeito negativo na linha de Outras Receitas/Despesas Operacionais (R\$ 122,9 milhões), em função, principalmente, de baixa do passivo, ocorrida em 2018, relacionado a ressarcimento prescritos de obras de terceiros e convênio.

### **EBITDA e Margem EBITDA**

O EBITDA da Enel Goiás em 2019 atingiu o montante de R\$ 425,4 milhões, o que representa uma redução de R\$ 486,8 milhões em relação ao ano de 2018. A margem EBITDA da Companhia em 2019 foi de 7,06%, com uma redução de 9,75 p.p. em relação a 2018. A margem EBITDA ex-receita de construção da Companhia em 2019 foi de 8,23%, o que representa uma redução de 10,97 p.p. em relação a 2018.

Essa redução deve-se, principalmente, ao reconhecimento de provisão referente ao a manutenção dos direitos ao FUNAC, conforme descrito anteriormente, no valor de R\$ 436,7 milhões. Excluído esse efeito, a Companhia apresenta um EBITDA ajustado de R\$ 862,1 milhões, 5,5% inferior a 2018.

A seguir demonstra-se a conciliação do cálculo do EBITDA e do EBIT com os valores que os compõem, constantes das demonstrações contábeis da companhia.

Conciliação do EBITDA e do EBIT	Em 31 de Dezembro			
	2019	2018	Variação	Variação
	(R\$ Mil)			
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>(99.669)</b>	<b>1.551.851</b>	<b>(1.651.520)</b>	<b>&lt;-100,0%</b>
(+) Tributo sobre o Lucro (NE 29)	(45.186)	(1.161.313)	1.116.127	-96,1%
(+) Resultado Financeiro (NE 30)	235.381	188.578	46.803	24,8%
<b>(=) EBIT</b>	<b>90.526</b>	<b>579.116</b>	<b>(488.590)</b>	<b>-84,4%</b>
(+) Depreciações e Amortizações (NE 28)	334.884	333.051	1.833	0,6%
<b>(=) EBITDA</b>	<b>425.410</b>	<b>912.167</b>	<b>(486.757)</b>	<b>-53,4%</b>

## Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas encerraram o ano de 2019 em R\$ 235,4 milhões, uma redução de R\$ 46,8 milhões em relação ao ano anterior. Esta redução reflete o efeito líquido das seguintes variações:

Resultado Financeiro	Em 31 de Dezembro			
	2019	2018	Variação	Variação
	(R\$ Mil)			
Renda de aplicação financeira	7.371	6.734	637	9,5%
Juros e atualização monetária sobre impropriedade de clientes	51.626	50.235	1.391	2,8%
Variações monetárias diversas	7.888	9.522	(1.634)	-17,2%
Receita de ativo indenizável	5.533	7.677	(2.144)	-27,9%
Variação cambial de dívidas	62.968	53.176	9.792	18,4%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação Cambial	147.362	201.772	(54.410)	-27,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	62.868	21.599	41.269	>100,0%
Variação monetária Parcela A e outros itens financeiros	46.586	11.181	35.405	>100,0%
Outras receitas financeiras, líquida	5.020	1.360	3.660	>100,0%
<b>Total - Receitas Financeiras</b>	<b>397.222</b>	<b>363.256</b>	<b>33.966</b>	<b>9,4%</b>
Encargo de dívidas	(126.511)	(61.965)	(64.546)	>100,0%
Variação monetária de dívidas	(6.469)	(50.434)	43.965	-87,2%
Variação cambial de dívidas	(147.416)	(201.750)	54.334	-26,9%
Encargo de fundo de pensão	(15.301)	(12.982)	(2.319)	17,9%
Atualização financeira s/ressarcimento a terceiros	(25.541)	(750)	(24.791)	>100,0%
Variações monetárias diversas despesas	(56.108)	(63.964)	7.856	-12,3%
Correção P&D / PEE	(8.441)	(11.113)	2.672	-24,0%
IOF	(1.767)	(3.634)	1.867	-51,4%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação Cambial	(62.968)	(53.680)	(9.288)	17,3%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(97.784)	(43.037)	(54.747)	>100,0%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(20.946)	(23.769)	2.823	-11,9%
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	(13.409)	(4.059)	(9.350)	>100,0%
Outras despesas financeiras, líquida	(49.942)	(20.697)	(29.245)	>100,0%
<b>Total - Despesas Financeiras</b>	<b>(632.603)</b>	<b>(551.834)</b>	<b>(80.769)</b>	<b>14,6%</b>
<b>Total - Receitas e Despesas Financeiras</b>	<b>(235.381)</b>	<b>(188.578)</b>	<b>(46.803)</b>	<b>24,8%</b>

## Variações relevantes

Encargo de dívidas (aumento de R\$ 64,5 milhões), variação cambial e monetária de dívida (efeito positivo de R\$ 108 milhões) e Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - receita/despesa (efeito negativo de R\$ 77,2 milhões), totalizando um incremento na despesa em R\$ 33,7 milhões, em decorrência, principalmente, de maiores encargos tendo em vista maior saldo médio de dívida no período.

\* Valores não auditados pelos auditores independentes

Outras despesas financeiras (incremento de R\$ 29,2 milhões): em razão, principalmente, do incremento de R\$ 12 milhões referente ao pagamento antecipado das operações com bancos (4.131) contraídos em 2017 e 2018, com o objetivo de otimizar gastos financeiros. O diferencial de custos entre a nova operação realizada e as operações pagas antecipadamente absorverá esse custo de pré-pagamento, assegurando benefícios econômicos para a companhia no futuro.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

Varição monetária Parcela A e outros itens financeiros – receita/despesa (incremento líquido de receita em R\$ 26 milhões): a variação observada deve-se à aplicação de atualização das constituições das Contas de Compensações e Variações de Itens da Parcela A ao longo do ano de 2019 indexados pela taxa Selic.

### Tributos e Outros

Tributos (IR/CSLL) e Outros	Em 31 de Dezembro			
	2019	2018	Variação	Variação
	(R\$ Mil)			
IR e Contribuição Social Correntes	(85.878)	(138.482)	52.604	-38,0%
IR e Contribuição Social Diferidos	131.064	1.299.795	(1.168.731)	-89,9%
<b>Total - Tributos e Outros</b>	<b>45.186</b>	<b>1.161.313</b>	<b>(1.116.127)</b>	<b>-96,1%</b>

Em 2019, o Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) registraram um efeito líquido combinado de R\$ 45,2 milhões. Este valor reflete impacto de R\$ 148,5 milhões relacionado a provisão referente ao FUNAC. A variação em relação ao exercício anterior, deve-se, basicamente, pelo registro de receita oriunda de impostos diferidos, no montante de R\$ 1.299 milhões, justificada pelo reconhecimento em 2018, do ativo fiscal diferido sobre o saldo acumulado de prejuízo fiscal.

### Lucro Líquido e Margem Líquida

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Companhia registrou em 2019 um prejuízo líquido de R\$ 99,7 milhões, em comparação ao resultado positivo de R\$ 1.551,9 milhões apresentado em 2018.

## 5 ENDIVIDAMENTO E LIQUIDEZ

Indicadores de Endividamento	Em 31 de Dezembro			
	2019	2018	Variação	Variação
	(R\$ Mil)			
Dívida Bruta (R\$ mil)	2.477.705	1.696.862	780.843	46,0%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	(438.781)	(111.268)	(327.513)	>100,0%
<b>Dívida Líquida (R\$ mil)</b>	<b>2.038.924</b>	<b>1.585.594</b>	<b>453.330</b>	<b>28,6%</b>
Dívida Bruta / EBITDA(1)*	5,82	1,86	4,0	>100,0%
Dívida Líquida/EBITDA(1)*	4,79	1,74	3,1	>100,0%
Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)	0,32	0,24	0,1	-
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL)	0,28	0,23	0,1	-

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações

A dívida bruta da Companhia encerrou o ano de 2019 em R\$ 2.477,7 bilhão, um incremento de 781 milhões em relação a 2018. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente: (i) às novas captações,

\* Valores não auditados pelos auditores independentes

no valor de R\$ 2.023 bilhão, sendo R\$ 870 milhões referentes à 3ª emissão de Notas Promissórias, que teve como objetivo o pré-pagamento de dívidas da Companhia em moeda estrangeira, juntamente com a liquidação dos respectivos hedges, e mais R\$ 1.153 bilhão em captações bancárias para financiar capital de giro; em conjunto com (ii) a correção monetária de R\$ 6 milhões e provisão de encargos de R\$ 158 milhões; parcialmente compensados por amortizações e pagamentos de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 1.236 bilhão e R\$ 173 milhões.

A Enel Goiás encerrou 2019 com o custo médio da dívida de 7,66% a.a., ou CDI + 1,51% a.a.

#### Colchão de Liquidez\*

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 180 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo.

## 6 INVESTIMENTOS

Investimentos	Em 31 de Dezembro			
	2019	2018	Variação	Variação
	(R\$ Mil)			
Novas Conexões	203.716	247.175	(43.459)	-17,6%
Rede	327.824	295.942	31.882	10,8%
Combate às Perdas	37.944	51.985	(14.041)	-27,0%
Qualidade do Sistema Elétrico	289.880	243.957	45.923	18,8%
Outros	258.551	213.561	44.990	21,1%
<b>Total Investido</b>	<b>790.091</b>	<b>756.678</b>	<b>33.413</b>	<b>4,4%</b>
Aportes / Subsídios	(36.748)	(90.109)	53.361	-59,2%
<b>Investimento Líquido</b>	<b>753.343</b>	<b>666.570</b>	<b>86.773</b>	<b>13,0%</b>

Os investimentos realizados pela Enel Goiás em 2019 alcançaram R\$ 790 milhões, um aumento de R\$ 33,4 milhões em relação ao ano anterior. Em 2019, o maior volume de investimentos foi direcionado a qualidade do sistema elétrico e a outros, mais, especificamente, relacionados à adequação de carga do sistema elétrico (R\$ 104,7 milhões), investimentos em tecnologia da informação, segurança e meio ambiente (R\$ 60,5 milhões) e à manutenção corretiva (R\$ 63,2 milhões).

Excluindo os aportes e subsídios, os investimentos líquidos realizados pela Companhia atingiram R\$ 753,3 milhões em 2019.

## 7 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL\*

A Enel Distribuição Goiás mantém a sustentabilidade em sua estratégia, integrando o plano industrial com o seu plano de sustentabilidade. Desta forma, envolve todas as áreas da companhia para desenvolvimento sustentável do negócio e da sociedade. Seu planejamento estratégico é executado a partir das perspectivas dos principais públicos de relacionamento: acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e fornecedores e possui objetivos, metas e indicadores monitorados nas diversas áreas da empresa, em alinhamento com os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS). As empresas Enel têm metas diretas para seis deles: Educação de Qualidade (ODS 4); Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8);

\* Valores não auditados pelos auditores independentes

Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

O programa de sustentabilidade da Enel Brasil, Enel Compartilha, vem atuando para promover o consumo consciente e o acesso à energia a todas as pessoas, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso irregular de energia. Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, agregar ferramentas para melhoria da qualidade da educação de crianças e jovens, além de apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades também são foco de sua atuação. A Enel Distribuição Goiás conta com diversos projetos, todos apoiados pelo Enel Compartilha Liderança em Rede, que atuou em 2019 com 133 líderes comunitários de modo a facilitar o entendimento das necessidades e expectativas locais para o desenvolvimento dos projetos.

Os 51 projetos desenvolvidos na Enel Distribuição Goiás em 2019 beneficiaram cerca de 200 mil pessoas, com um investimento de R\$ 62,5 milhões. Também foram gerados cerca de R\$ 1,3 milhão em renda extra para as comunidades por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo. Entre os projetos realizados, destacam-se:

**Ecoenel:** é um projeto de eficiência energética que promove a troca de resíduos recicláveis por descontos na conta de energia. O projeto encerrou o ciclo de 2019 com 12 ecopontos ativos, 650 toneladas de resíduos arrecadados e mais de R\$ 147 mil reais em bônus na forma de desconto na conta de energia. Através da reciclagem dos resíduos recebidos, foram economizados mais de 2,7 milhões de kWh em energia e foi evitada a emissão de mais de 1,8 tonelada de CO<sup>2</sup>.

**Luz Solidária:** O programa Luz Solidária é uma iniciativa voltada ao uso inteligente e eficiente da energia elétrica, por meio de descontos de 50% na compra de equipamentos mais eficientes. Além de estimular a cultura do consumo consciente e da preservação ambiental, por meio da troca de eletrodomésticos usados por equipamentos novos e econômicos, o Luz Solidária viabiliza projetos sociais voltados para a geração de renda, capacitação, meio ambiente e direitos humanos. Em 2019, foram distribuídos aos clientes cerca de R\$ 26,9 milhões em bônus para aquisição de eletrodomésticos eficientes em lojas do varejo e 73 projetos sociais foram financiados com um aporte da ordem de R\$ 2,5 milhões. Ao todo, foram vendidos 18.882 equipamentos eficientes subsidiados pelo projeto com selo A do Procel.

**Chamada Pública de Projetos de Eficiência:** é um instrumento de seleção de projetos de Eficiência Energética para clientes, principalmente dos setores comercial e público, e ocorre de acordo com os requisitos determinados pela ANEEL. Em 2019, foram inaugurados oito projetos nos municípios de Goiânia, Anápolis, Rio Verde, Indiara e Jataí, que beneficiaram hospitais, instituições de ensino e entidades filantrópicas. Tais ações possibilitaram uma economia na ordem de 28,55 GWh/ano por meio da substituição de lâmpadas, aparelhos de ar condicionado e instalações de painéis solares. Destaca-se que em 2019, houve também uma chamada direcionada a produtores de leite do estado de Goiás. Os objetivos são comuns: a economia de energia desses produtores e a geração de energia através de fontes renováveis, proporcionando um sistema de *backup* em caso de instabilidade da rede convencional.

**Enel Compartilha Consumo Consciente:** Para promover o acesso à energia, o programa vai até a casa das pessoas ou em espaços comunitários para dialogar sobre o uso sustentável da energia elétrica e de outros recursos. Um outro equipamento desse programa que apoia a difusão do consumo consciente de energia, são as carretas customizadas com maquetes, jogos e animação sobre energia e meio ambiente, que ficam abertas ao público em praças públicas, promove concursos e sorteios de troca de equipamentos, como lâmpadas e geladeiras. Em 2019, mais de 38 mil pessoas foram beneficiadas pelas diversas iniciativas do programa.

**Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”:** Lançado em 2017, com o objetivo de criar e difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor, o programa que engajou 581 colaboradores promove ações focadas na transformação dos espaços, dos processos e das pessoas na empresa. Temas como direitos humanos, diversidade, educação

financeira, ética, voluntariado e cuidados com o meio ambiente, foram abordados nas atividades distribuídas entre os pilares Ser Humano, Ser Social, Ser Ambiental e Ser Econômico.

### Sustentabilidade e Inovação

**Guia EXAME de Sustentabilidade 2019:** Eleita em 2018 como a empresa mais sustentável do Brasil. Em 2019, pelo 5º ano consecutivo, a Enel foi uma das melhores empresas de Energia em Sustentabilidade pelo Guia EXAME de Sustentabilidade, e a mais sustentável do Brasil em Direitos Humanos. A publicação destacou o programa de Due Diligence de Direitos Humanos, que abrange temas como condições de trabalho, diversidade, saúde e segurança, além de questões ambientais. Nesta edição, foram 229 companhias inscritas.

**Prêmio ODS Pacto Global:** A Enel Brasil foi reconhecida com o Prêmio ODS Pacto Global, na categoria Prosperidade, pelo programa Enel Compartilha Empreendedorismo. O case da Enel foi um dos 13 vencedores dentre os 800 projetos inscritos. O Prêmio ODS da Rede Brasil do Pacto Global reconhece práticas empresariais e de ensino que contribuam para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

**Empresa Pró-Ética 2018/2019:** A Enel conquistou, pela 3ª vez consecutiva, o reconhecimento Empresa Pró-Ética do Governo Federal. O Pró-Ética é uma iniciativa realizada por meio da Controladoria-Geral da União (CGU), que avalia empresas em relação à prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio. A edição contou com a participação de 373 empresas de todos os portes e de diversos ramos de atuação. Após o processo de avaliação, 26 empresas foram aprovadas e reconhecidas como Empresa Pró-Ética 2018-2019.

**Prêmio Nacional de Inovação:** O Prêmio Nacional de Inovação é o principal reconhecimento no Brasil para promoção da Inovação no setor empresarial. O prêmio se divide em cinco modalidades de acordo com o faturamento das participantes e nas categorias: Gestão da Inovação, Inovação de Produto, Inovação em Processo, Inovação Organizacional e Inovação em Marketing. Nesta edição, a Enel no Brasil venceu a categoria 'Inovação em Marketing'.

**Prêmio Valor Inovação:** A Enel Brasil ficou em 1º lugar na Categoria Energia Elétrica. A pesquisa elegeu 150 empresas e se baseou em cinco pilares: Intenção (estratégia, visão, cultura e valores), Esforço (recursos, processos, estruturas), Resultado, Citações (reconhecimento do mercado) e Patente (registro de conhecimento).

**Prêmio Whow 2019:** Whow! é o festival de inovação para negócios realizado no Brasil pela 100 Open Startups. Reúne executivos, startups e investidores para "cocriar" soluções para os verdadeiros desafios da sociedade. A Enel ficou na 2ª posição no setor de energia e *utilities* e 29º do Ranking Geral pelo engajamento e relacionamento com startups.

**Empresa Amiga da Criança:** A Enel Brasil recebeu pelo 4º ano consecutivo o selo concedido pela Fundação Abrinq em reconhecimento ao engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva e às políticas internas, que incentivam o ingresso de jovens no mercado de trabalho de forma protegida e respeitando a Lei da Aprendizagem.

### Qualidade

**Prêmio Abradee 2019:** O Prêmio Abradee é um reconhecimento às distribuidoras melhor avaliadas em qualidade da gestão, responsabilidade socioambiental, gestão operacional, gestão econômico-financeira e avaliação pelo cliente. A Enel Goiás foi a vencedora na categoria Evolução de Desempenho por apresentar o maior avanço nesse conjunto de indicadores em relação ao ano anterior.

**Certificações ISO 9001 e 5001:** A Enel Distribuição Goiás cumpriu um importante desafio no projeto de implantação do Sistema de Gestão Integrada (SGI). A diretoria de Infraestrutura e Redes (I&N) de Goiás conquistou as certificações ISO 9001 e ISO 50001, que se referem, respectivamente, à gestão de qualidade e gestão de energia, abrangendo os 25 processos de I&N, 347 subestações e 22 sites, incluindo as nove regionais e suas respectivas bases operacionais.

### **Pessoas**

**Prêmio WEPs Brasil 2019:** A primeira participação da Enel no Prêmio WEPs Brasil 2019 – Empresas Empoderando Mulheres já garantiu o reconhecimento prata da companhia entre as Empresas de Grande Porte. A iniciativa tem o propósito de incentivar e reconhecer os esforços das empresas que promovem a cultura da equidade de gênero e o empoderamento da mulher no País, e é reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU). A edição contou com 181 empresas inscritas e 61 vencedoras.

**Prêmio Nacional de Qualidade de Vida:** A Enel foi uma das vencedoras da premiação que promove o reconhecimento de empresas que possuem práticas de excelência e obtêm êxito na melhoria da saúde, bem-estar e qualidade de vida de seus colaboradores.

**Prêmio Top Employer:** A abrangente e independente pesquisa revelou que Enel Brasil oferece condições de trabalho excelentes, promove e desenvolve o talento de todos os níveis da empresa, e demonstrou que é líder no ambiente de RH, esforçando-se para melhorar continuamente as suas práticas de RH e se desenvolver, sempre.

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia firmou contrato com a Ernst Young Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Contábeis Anuais e a certificação dos números apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias (DCR) para um período de 1 (um) ano.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Enel quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto ao auditor independente, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

### Diretoria Executiva

Cargo	Diretores
Diretor Presidente	Jose Luis Salas Rincon
Diretor de Administração, Finanças e Controle	Michelle Rodrigues Nogueira
Diretor de Recursos Humanos e Organização	Cargo Vago
Diretora de Regulação	Rosana Rodrigues dos Santos
Diretora Jurídica	Cristine de Magalhães Marcondes
Diretora de Compras	Margot Frota Cohn Pires
Diretor de Infra-Estrutura e Redes	Jose Luis Salas Rincon
Diretora de Mercado	Marcia Sandra Roque Vieira
Diretora de Serviços	Flavia da Silva Barauna

### Conselho de Administração

Cargo	Conselheiros
Presidente	Mário Fernando de Melo Santos
Vice-Presidente	Nicola Cotugno
Conselheiro Efetivo	Déborah Meirelles Rosa Brasil
Conselheiro Efetivo	Guilherme Gomes Lencastre
Conselheiro Efetivo	Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira
Conselheiro Efetivo	Márcia Sandra Roque Vieira Silva

#### Relações com Investidores

Isabel Regina Barroso de Alcântara

#### Contador Responsável

Renato Resende Paes - CRC - SP308201

# **Demonstrações Financeiras**

## **CELG Distribuição S.A. - CELG D**

31 de dezembro de 2019  
com Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações  
Financeiras

# CELG Distribuição S.A. - CELG D

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras ..... 1

#### Demonstrações financeiras auditadas

Balancos patrimoniais .....	4
Demonstração do resultado .....	6
Demonstração do resultado abrangente .....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	10

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas da  
**CELG Distribuição S.A. - CELG D**  
Goiânia - GO

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da CELG Distribuição S.A. - CELG D (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CELG Distribuição S.A. - CELG D em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2020.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Marcelo Felipe L. de Sá  
Contador CRC-1RJ094644/O-0

## CELG Distribuição S.A. - CELG D

Balancos patrimoniais  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

<u>Ativo circulante</u>	<u>Notas</u>	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	438.781	111.268
Consumidores e outras contas a receber	5	1.272.143	1.269.147
Ativos financeiros setoriais	7	66.034	167.487
Subvenção CDE - desconto tarifário	8	24.302	53.705
Tributos a compensar	9	127.371	86.644
Serviço em curso		150.745	97.145
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	30	-	494
Créditos especiais	10	12.246	158.572
Outros ativos	12	123.383	126.483
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>2.215.005</b>	<b>2.070.945</b>
<u>Não circulante</u>			
Consumidores e outras contas a receber	5	124.098	104.138
Ativos financeiros setoriais	7	-	32.277
Cauções e depósitos	11	209.161	191.783
Tributos a compensar	9	152.179	121.250
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	30	30.339	138.388
Tributos diferidos	28	970.980	821.766
Outros ativos		-	18
Créditos especiais	10	945.123	1.272.735
Ativo indenizável (concessão)	13	151.210	129.867
Investimento		1.075	1.073
Imobilizado	14	93.898	57.111
Intangível	15	5.863.243	5.815.977
Ativo de contrato	16	1.082.502	607.086
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>9.623.808</b>	<b>9.293.469</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>11.838.813</b>	<b>11.364.414</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CELG Distribuição S.A. - CELG D

Balancos patrimoniais  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

<u>Passivo circulante</u>	Notas	31.12.2019	31.12.2018
Fornecedores e outras contas a pagar	17	1.166.397	914.676
Empréstimos e financiamentos	18	1.381.403	439.203
Obrigações por arrendamentos	19	13.618	-
Salários, provisões e encargos sociais		37.973	41.243
Obrigações fiscais	20	162.763	196.407
Obrigações com benefícios pós-emprego	24	21.440	37.179
Taxa regulamentares	21	63.306	141.409
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	30	17.346	6.174
Outros passivos		162.758	93.301
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>3.027.004</b>	<b>1.869.592</b>
<u>Não circulante</u>			
Fornecedores e outras contas a pagar	17	628.466	773.609
Empréstimos e financiamentos	18	1.108.446	1.383.019
Obrigações por arrendamentos	19	5.400	-
Passivos financeiros setoriais	7	93.101	-
Obrigações com benefícios pós-emprego	24	195.539	155.682
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	23	1.157.363	1.319.435
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	30	850	7.348
Taxa regulamentares	21	255.441	223.104
Outros passivos		54.698	185.215
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>3.499.304</b>	<b>4.047.412</b>
<u>Patrimônio líquido</u>	25		
Capital social		5.075.679	5.075.679
Reservas de capital		3.507.653	3.507.653
Reservas de reavaliação		81.922	88.772
Outros resultados abrangentes		(2.799)	(2.163)
Prejuízos acumulados		(3.349.950)	(3.222.531)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>5.312.505</b>	<b>5.447.410</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>11.838.813</b>	<b>11.364.414</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CELG Distribuição S.A. - CELG D

Demonstração do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto resultado por ações)

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
Receita líquida	26	6.023.343	5.425.461
Custo do serviço	27	(5.375.668)	(4.831.785)
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>647.675</b>	<b>593.676</b>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	27	(21.091)	(51.812)
Despesas gerais e administrativas	27	(609.851)	(167.855)
Outras receitas operacionais	27	73.793	205.107
<b>Total de despesas operacionais</b>		<b>(557.149)</b>	<b>(14.560)</b>
<b>Resultado antes da apuração do resultado financeiro</b>		<b>90.526</b>	<b>579.116</b>
<b>Resultado financeiro</b>	29		
Receita financeira		397.222	363.256
Despesa financeira		(632.603)	(551.834)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(144.855)</b>	<b>390.538</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	28	(85.878)	(138.482)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	131.064	1.299.795
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>(99.669)</b>	<b>1.551.851</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CELG Distribuição S.A. - CELG D

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(99.669)	1.551.851
Outros resultados abrangentes		
Perda atuarial em benefícios pós emprego	(52.423)	(61.064)
Tributos diferidos sobre perda atuarial em fundo de pensão	17.824	20.763
Outros resultados abrangentes não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes, líquidos dos tributos	(34.599)	(40.301)
Perda em instrumentos financeiros derivativos	(965)	(17.611)
Tributos diferidos sobre perda em instrumento financeiro derivativos	328	7.117
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes, líquidos dos tributos	(637)	(10.494)
	<u>(134.905)</u>	<u>1.501.056</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CELG Distribuição S.A. - CELG D

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>4.658.679</b>	<b>3.507.653</b>	<b>125.653</b>	<b>(4.784.698)</b>	<b>8.332</b>	<b>3.515.619</b>
Aumento de capital	417.000	-	-	-	-	417.000
Perda atuarial em benefícios pós emprego	-	-	-	-	(61.064)	(61.064)
Tributos diferidos sobre benefícios pós emprego	-	-	-	-	20.763	20.763
Transferência para prejuízos acumulados	-	-	-	(40.301)	40.301	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.551.851	-	1.551.851
Perda de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	(17.611)	(17.611)
Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - Swap	-	-	-	-	7.117	7.117
Reserva de reavaliação líquida de impostos	-	-	(36.881)	36.881	-	-
Aplicação inicial IFRS 9 (CPC 48)	-	-	-	13.735	-	13.735
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>5.075.679</b>	<b>3.507.653</b>	<b>88.772</b>	<b>(3.222.532)</b>	<b>(2.162)</b>	<b>5.447.410</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>5.075.679</b>	<b>3.507.653</b>	<b>88.772</b>	<b>(3.222.532)</b>	<b>(2.162)</b>	<b>5.447.410</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	(99.669)	-	(99.669)
Perda atuarial em benefícios pós emprego	-	-	-	-	(52.423)	(52.423)
Tributos diferidos sobre benefícios pós emprego	-	-	-	-	17.824	17.824
Transferência para prejuízos acumulados	-	-	-	(34.599)	34.599	-
Perda de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	(965)	(965)
Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - Swap	-	-	-	-	328	328
Reserva de reavaliação líquida de impostos	-	-	(6.850)	6.850	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>5.075.679</b>	<b>3.507.653</b>	<b>81.922</b>	<b>(3.349.950)</b>	<b>(2.799)</b>	<b>5.312.505</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **CELG Distribuição S.A. - CELG D**

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

# CELG Distribuição S.A. - CELG D

	31.12.2019	31.12.2018
<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(99.669)	1.551.851
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa das atividades operacionais</b>		
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	20.859	32.741
Depreciação e amortização	334.884	331.051
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	436.698	-
Juros, variações monetárias e cambiais	255.186	159.958
Instrumentos financeiros derivativos - juros e variação cambial	(49.478)	21.438
Ativos e passivos financeiros setoriais	(33.177)	(7.122)
Atualização ativo indenizável	(5.533)	(7.677)
Valor residual de intangível / imobilizado baixado	1.942	47.766
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(131.064)	(1.299.795)
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	56.981	28.671
Obrigações com benefício pós-emprego	14.515	12.940
P&D e eficiência energética	36.907	47.477
Recuperação de PIS/COFINS	-	(96.728)
Outros	-	(137.818)
	<b>839.051</b>	<b>684.753</b>
<b>(Aumento) redução dos ativos</b>		
Consumidores	(86.110)	(116.365)
Subvenção CDE- desconto tarifário	29.403	(7.623)
Ativos financeiros setoriais	180.316	(107.428)
Tributos a compensar	(71.677)	74.255
Cauções e depósitos	(18.756)	(106.601)
Serviço em curso	(53.600)	(58.941)
Créditos especiais	453	51.772
Outros créditos	36.188	(1.675)
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>		
Fornecedores	106.578	(110.223)
Salários, provisões e encargos sociais	(3.270)	(265)
Obrigações fiscais	(33.644)	31.580
Taxas regulamentares	(91.114)	(199.792)
Passivos financeiros setoriais	79.692	(121.047)
Pagamento de benefício pós-emprego	(58.121)	(52.901)
Outros passivos	(61.060)	(39.694)
Pagamento das provisões riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(184.721)	(57.170)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(138.778)	(90.337)
Pagamento de juros de instrumentos financeiros derivativos	(35.330)	(23.695)
	<b>435.500</b>	<b>(251.397)</b>
<b>Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais</b>		
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aplicações no intangível e imobilizado	(883.577)	(687.297)
	<b>(883.577)</b>	<b>(687.297)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	2.476.377	1.019.557
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.886.383)	(510.455)
Pagamento de arrendamento financeiro (principal)	(11.464)	-
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos (principal)	197.060	26.090
Integralização de capital	-	417.000
	<b>775.590</b>	<b>952.192</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas as atividades de financiamento</b>		
<b>Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>327.513</b>	<b>13.498</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	111.268	97.770
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	438.781	111.268
	<b>327.513</b>	<b>13.498</b>

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.**

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 1. Informações gerais

---

A CELG Distribuição S.A. - CELG D (“Companhia” ou “Enel Distribuição Goiás”) é uma sociedade anônima de capital fechado concessionária de serviço público de energia elétrica no seguimento de distribuição. A Companhia está sediada na Rua 2, Número 505, Jardim Goiás, Goiânia - GO.

A Companhia tem como principal objeto social a exploração técnica e comercial de distribuição de energia no Estado de Goiás, assim como a realização de estudos, projetos, construção e operação de redes de distribuição de energia elétrica. A Companhia é uma empresa do Grupo Enel, multinacional de energia presente em mais de 30 países e com atuação nos segmentos de distribuição, geração e soluções de energia.

Conforme 5ª Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 63/2000-ANEEL de 25 de agosto de 2000, publicado em 30 de setembro 2015, a Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Estado de Goiás pelo prazo de 30 (trinta) anos a partir de 7 de julho de 2015.

Ao término do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados passarão a integrar o patrimônio do Poder Concedente, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados mediante auditoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Em 18 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

#### 1.1. Fundo de Aporte à CELG D - FUNAC

Em 20 de janeiro de 2012 foi editada Lei nº 17.555 com o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para ressarcimento à CELG D de pagamentos de contingências administrativas e judiciais cujo fatos geradores ocorreram até a venda do controle acionário para a Eletrobrás, conforme Termos de Acordo de Acionistas e de Gestão, bem como no Termo de Cooperação do FUNAC e regulamentação definida pelo decreto nº 7.732 de 28 de setembro de 2002. Os recursos do referido fundo dependiam de aportes a serem realizados pelo Governo do Estado de Goiás e créditos recebidos de ações ganhas pela Companhia a serem repassadas ao Fundo.

Conforme disposto do contrato de compra e venda da Companhia assinado entre CELG, Eletrobrás e CELGPAR de 14 de fevereiro de 2017, o Estado de Goiás se obrigou a indenizar os compradores da CELG D por quaisquer danos e prejuízos que possam ocorrer em decorrência de, entre outros motivos, “alteração, revogação ou edição de lei estadual ou decisão administrativa ou judicial referente a qualquer condição ou validade do FUNAC”. Desde então a Companhia mantém controlado separadamente os ativos creditórios vinculados as contingências de natureza provável com fatos geradores anteriores a data de mudança do controle conforme disposto no contrato de compra e venda da companhia e como demonstrado na nota 10.

Em 06 de fevereiro de 2019 foi publicada a Lei 20.416, que alterou a Lei 17.555/12 (que instituiu o Fundo de Aporte à CELG Distribuição-FUNAC) e a Lei 19.473/16 (que instituiu a política estadual energética para manutenção, melhoria e ampliação da rede de distribuição de energia em Goiás) onde o Governo do Estado de Goiás suspendeu parte do ressarcimento à Companhia, ao retroagir o período de cobertura do FUNAC de 27 de janeiro de 2015 para 24 de abril de 2012.

Em 25 de abril de 2019, foi publicada a Lei 20.468 que revogou a Lei Estadual nº 19.473 de 03 de novembro de 2016 que concedia o direito da Companhia em apropriar crédito outorgado de ICMS para compensação das contingências administrativas e judiciais cujos fatos geradores tenham ocorrido até 27 de janeiro de 2015.

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Como as alterações induzidas pelas referidas leis acima violam o edital de privatização e o contrato de compra e venda da CELG D, a Companhia ingressou imediatamente com medidas judiciais para invalidar os efeitos das leis anteriores em razão da inconstitucionalidade dos referidos dispositivos, que eliminam direitos adquiridos por meio de outras Lei e de um contrato de compra e venda que o próprio Estado de Goiás assinou garantindo, em qualquer caso, o direito ao reembolso das obrigações que tivessem que ser pagas pelos novos controladores e cujo os fatos geradores sejam anteriores a 27 de janeiro de 2015.

Em 12 de junho de 2019, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás concedeu a liminar em favor da Companhia desconsiderando as alterações promovidas pela Lei Estadual 20.416/19, determinando, assim, o respeito ao contrato de compra e venda de ações e outras avenças da CELG Distribuição S/A - CELG D e garantindo o direito de serem ressarcidas dos passivos resultantes de decisões de autoridades administrativas para as quais não haja mais recurso, decisões judiciais transitadas em julgado e/ou acordos judiciais ou extrajudiciais homologados judicialmente de fatos gerados conforme regulamentado anteriormente.

No dia 16 de setembro de 2019, o Juiz indeferiu o pedido liminar da Enel, mantendo a revogação da Lei do Crédito de ICMS por entender que a questão é complexa e requer uma análise processual mais ampla, incompatível com uma análise preliminar no início do processo judicial. A Enel apresentou recurso perante o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

No dia 01 de outubro, durante julgamento do recurso interposto pelo Estado de Goiás, o Tribunal de Justiça revogou a liminar que havia desconsiderado as alterações promovidas pela Lei Estadual 20.416/19, a qual voltou a vigorar.

Contra a decisão que revogou a liminar, a Companhia interpôs recurso, o qual aguarda julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça, em Brasília.

Em 12 de novembro de 2019 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal requerendo a declaração de inconstitucionalidade da Lei 20.416/19, que alterou a Lei 17.555/12 (FUNAC), e também da Lei 20.468/19 que revogou a Lei Estadual nº 19.473/16 (créditos outorgados de ICMS).

A Administração da Companhia conclui, com base nos princípios constitucionais do direito adquirido, inserto no artigo 5º, XXXVI da Constituição Federal, bem como no fato de que os atos garantidores desses direitos são considerados atos jurídicos perfeitos, protegidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, e em razão das medidas judiciais em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, que os valores continuam recuperáveis e se tornarão líquidos a medida em que as obrigações associadas aos créditos sejam reembolsadas.

O direito da Companhia, ademais, sustenta-se pelos contratos celebrados com a Administração Pública, tendo sido assumida, direta e inequivocamente, pelo Estado de Goiás a responsabilidade pelos termos e condições contratuais em relação ao FUNAC.

Especificamente sobre o Crédito Outorgado de ICMS, importante salientar que o Código Tributário Nacional, bem como a Constituição Federal, preveem a impossibilidade de revogação do benefício fiscal, considerando a forma e razão de sua outorga, sendo tal entendimento reforçado por Súmula 544 do Supremo Tribunal Federal, que se enquadra claramente a tese sustentada pela Enel no processo judicial em andamento no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, e pela ABRADEE na ADI proposta no Supremo Tribunal Federal, que, em resumo, impede a revogação do incentivo fiscal concedido mediante condições e a prazo certo.

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Adicionalmente, a Administração da Companhia está adotando todas medidas cabíveis para manter os direitos adquiridos na época da compra da Companhia garantidos pelo próprio Estado de Goiás conforme contratado de compra e venda firmado em 14 de fevereiro de 2017.

### **2. Principais políticas contábeis**

---

#### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, instrumentos financeiros derivativos e provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

Conforme Orientação Técnica OCPC 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### **2.2. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional utilizada da Companhia.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final o período a que se refere o relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado, as exceções são as transações cujos ganhos e perdas são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações financeiras podem não perfazer precisamente os totais apresentados.



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 2.3. Receita de contratos com clientes

As receitas são reconhecidas pela companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com cliente (“CPC 47”), equivalente à norma internacional IFRS 15, a aplicação inicial da norma ocorreu em 1º de janeiro de 2018. A norma estabeleceu um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, este modelo é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços.

A companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas a medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca dos bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

#### Receita de distribuição

As receitas de distribuição de energia são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos aos clientes. No caso da receita de construção da infraestrutura da concessão, a obrigação de desempenho está atrelada à evolução financeira da obra, onde os benefícios das melhorias são transferidos para a concessão à medida que os custos são incorridos.

Adicionalmente, a receita originada de um contrato com cliente é reconhecida quando a possibilidade de recebimento for provável, considerando a capacidade e a intenção de pagamento do cliente. Sendo assim, havendo a expectativa de não recebimento, a respectiva receita é apresentada líquida, através de uma conta redutora de fornecimento de energia.

As receitas são reconhecidas de forma líquida de contraprestação variável, como por exemplo eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. Dessa forma, como os indicadores individuais de desempenho refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição, as compensações financeiras ocorridas, em função do não cumprimento das metas estabelecidas pela ANEEL, devem ser deduzidas da própria receita gerada de TUSD.

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### Receita de construção

A interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão (“ICPC 01”) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contrato de Concessão (“ICPC 17”), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

Os ativos gerados e estabelecidos através de contratos de concessão são determinados e segregados como a seguir:

- Ativos financeiros: corresponde à parcela estimada dos investimentos que não será totalmente amortizada até o final da concessão, em que a Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público;
- Ativos intangíveis: representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores à medida que a infraestrutura do serviço público é utilizada ao longo do contrato da concessão.

Desta forma, ao longo da concessão tais ativos são remunerados por meio do WACC regulatório (juros remuneratórios sobre o investimento realizado), que de acordo com o CPC 47, devem ser classificados como ativo de contrato durante o período de construção ou de melhoria.

Tendo em vista os fatos supracitados, os ativos contratuais em construção ou de melhoria, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão são classificados como ativo contratual, pois a Companhia até a conclusão da construção não tem o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, incondicionalmente, pela reversão da infraestrutura do serviço público.

Adicionalmente, a margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo de contrato é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

### Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto.

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 2.4. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

#### **Classificação - Ativos e passivos financeiros**

A Companhia adotou o CPC 48, e dessa forma, seus ativos financeiros estão mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

#### **Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

#### **Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

#### **Redução ao valor recuperável (*impairment*) - Ativos financeiros:**

O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas esperadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (corporativo, grandes clientes e administração pública). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### Instrumentos financeiros, apresentação líquida:

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

### Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia adota a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como:

- Hedge do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge de valor justo*); ou
- Hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge de fluxo de caixa*).

#### (a) Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge designado e qualificado como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", enquanto a parcela a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado como Resultados Financeiros.

Quando os contratos a termo são usados como hedge das transações previstas, a Companhia geralmente designa apenas a mudança no valor justo do contrato a termo relacionado ao componente à vista como o instrumento de hedge. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no componente à vista dos contratos a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de hedge de fluxo de caixa. A mudança no componente a termo do contrato relacionado ao item protegido é reconhecida, no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes como custos da reserva de hedge. Em alguns casos, a Companhia pode designar toda a mudança no valor justo do contrato a termo (incluindo pontos a termo) como o instrumento de hedge. Nesses casos, os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no valor justo de todo o contrato a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de hedge de fluxo de caixa.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue.

Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na Demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima.

### (b) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de swaps de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por hedge, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "despesas financeiras".

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

### (c) Ineficácia do hedge

A eficácia do hedge é determinada no surgimento da relação de hedge e por meio de avaliações periódicas prospectivas de eficácia para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge.

No caso de hedges de compras em moeda estrangeira, a Companhia contrata operações de hedge quando os termos essenciais do instrumento de hedge correspondem exatamente aos termos do item protegido. Portanto, a Companhia realiza uma avaliação qualitativa de eficácia. Se houver mudanças nas circunstâncias que afetem os termos do item protegido de tal forma que os termos essenciais deixem de corresponder, de forma exata, aos termos essenciais do instrumento de hedge, a Companhia utilizará o método derivativo hipotético para avaliar a eficácia.

Nos hedges de compras em moeda estrangeira, a ineficácia pode ocorrer se o período da transação prevista for alterado em relação ao período estimado originalmente, ou se houver mudanças no risco de crédito ou na contraparte do derivativo.

A ineficácia do hedge de swaps de taxa de juros pode ocorrer devido:

- Ao ajuste do valor de crédito/valor de débito nos swaps de taxa de juros que não é igualado pelo empréstimo;
- Diferenças nos termos essenciais entre os swaps de taxa de juros e os empréstimos.



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 2.5. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2019, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

### 2.6. Ativos e passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 2.7. Ativo indenizável (concessão)

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (“VNR”), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (“BRR”).

#### Uso de estimativas:

A Revisão Tarifária da Companhia ocorre a cada 4 anos, e somente nessa data, a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL por meio do novo valor de reposição - “VNR” depreciado. Entre os períodos de Revisão Tarifária, a Administração, utilizando o critério determinado pela ANEEL, aplica o IPCA como fator de atualização da Base de Remuneração. O ativo financeiro da concessão é mensurado em função da referida base de remuneração e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como novo preço de reposição e atualização pelo IPCA. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela dessa infraestrutura que não estará amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, por sua vez, tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL.

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Dessa forma, nenhuma perda para redução ao provável valor de recuperação é necessária.

### 2.8. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia - contratos de concessão.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

As parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados até o final da concessão, são classificadas como um ativo indenizável com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, onde a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 2.9. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### Imposto diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação aos créditos e perdas tributários e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 2.10. Benefício a empregados - Planos de benefício definido

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado independente utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela Companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais sobre as obrigações, o retorno dos ativos do plano (excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios.

O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

### 2.11. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

As provisões para riscos tributários, cíveis, e trabalhistas e regulatórios são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item em individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

## 2.12. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não vigente.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

### CPC 06 (R2) Arrendamentos

A norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos conforme um único modelo através do balanço patrimonial, ou seja, o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, este modelo é aplicável para substancialmente todos os contratos de arrendamentos, exceto àqueles contratos que por definição atendem ao expediente prático da norma. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) com o efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro 2019, utilizando os expedientes práticos que isenta a aplicação para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo de duração inferior ou igual a 12 meses a partir da data de adoção inicial (curto prazo), e (ii) arrendamento para qual o ativo subjacente é de baixo valor, como celulares, impressoras e equipamentos de autoatendimento. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo pelo reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados (ativo imobilizado arrendado) e o respectivo aumento do passivo, conforme demonstrado a seguir:

Impacto na adoção inicial:	Terrenos	Imóveis	Veículos	Total
Pagamentos mínimos de arrendamento para os contatos	362	7.186	24.987	32.535
Impacto de tax de desconto	(19)	(941)	(2.329)	(3.289)
Ativo de direito de uso	343	6.245	22.658	29.246
Passivo de arrendamento	(343)	(6.245)	(22.658)	(29.246)
Prazo médio contratual remanescente (anos)	2,00	3,33	2,32	

As despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais são reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento. O quadro a seguir demonstra os impactos no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

<u>Impacto sobre a demonstração do resultado – aumento (redução) das despesas:</u>	31.12.2019
Despesa com depreciação e amortização	12.088
Despesa de arrendamento operacional incluída em serviços de terceiros e outras receitas e despesas operacionais	(11.894)
<b>Resultado do serviço (Lucro bruto)</b>	<b>194</b>
Despesas financeiras	1.975
Impacto de tributos e contribuições sociais diferidos	(737)
<b>Total - impacto na despesa líquida</b>	<b>1.432</b>

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Com relação ao fluxo de caixa, o impacto foi um aumento no caixa gerado pelas atividades operacionais de R\$ 12.088 e uma redução nas atividades de financiamento de R\$ 11.464, uma vez que as amortizações das parcelas relacionadas ao principal dos passivos de arrendamentos são classificadas como atividades de financiamento.

As seguintes normas alteradas e interpretações não geraram impactos significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

### CPC 32 - Tributos sobre o Lucro

As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados.

A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal brasileira não prevê a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras da Companhia

### Interpretação ICPC 22 | IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro

A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), base de cálculo prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia determinou, com base em seu estudo de conformidade tributária, que é provável que seus tratamentos fiscais serão aceitos pelas autoridades fiscais. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

**CPC 48: Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa**

De acordo com o CPC 48, equivalente a norma internacional de contabilidade IFRS 09, um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam “somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto” (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

**Alterações ao CPC 33 (R1): Alterações, reduções ou liquidação de planos**

As alterações ao CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, equivalente a norma internacional de contabilidade IAS 19 abordam a contabilização quando de alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período-base. As alterações especificam que quando ocorre alteração, redução ou liquidação do plano durante o período base anual, a entidade deve:

- Determinar o custo do serviço atual para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais utilizadas para reavaliar o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento.
- Determinar os juros líquidos para o período remanescente após alteração, redução ou liquidação do plano, usando o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento, bem como a taxa de desconto usada para reavaliar este passivo (ativo) líquido do benefício definido.

As alterações esclarecem ainda que a entidade deve determinar primeiramente qualquer custo com serviços passados, ou ganho ou perda na liquidação, sem considerar o efeito do *asset ceiling*. Este valor deve ser reconhecido no resultado. A entidade determina então o efeito do *asset ceiling* após alteração, redução ou liquidação do plano. Qualquer alteração neste efeito, excluindo os valores incluídos nos juros líquidos, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

As mudanças à norma mencionada aplicam-se a alterações, reduções ou liquidações sendo permitida sua aplicação antecipada, tais mudanças não impactaram a Companhia, uma vez que os eventos determinados na norma supracitada não tiveram ocorrência ainda, e dessa forma, a medida que ocorrerem, é provável que impactem os planos de benefícios a empregados mantidos pela Companhia.

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos

As alterações esclarecem que a entidade deve tratar como parte dos empréstimos em geral qualquer empréstimo que tenha sido contraído originalmente para desenvolver um ativo qualificável quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para uso ou venda forem concluídas.

A Companhia aplica estas alterações aos custos de empréstimos incorridos a partir do início do período anual em que a entidade aplica essas alterações pela primeira vez. A Companhia aplica estas alterações a períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019. Como a prática atual da Companhia está alinhada a essas alterações, não houve nenhum impacto sobre suas demonstrações financeiras.

Os demais pronunciamentos que entraram em vigor pela primeira vez em 2019 não são aplicáveis as atividades operacionais da Companhia e por conta disso não produziram qualquer impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### **2.13. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

#### Alterações ao CPC 00 (R2) | *Conceptual Framework* - Estrutura conceitual para relatório financeiro

O CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro, equivalente ao pronunciamento do IASB conhecido como *Conceptual Framework*, alterado com o objetivo de melhor refletir alterações conceituais estabelecidas pelo IASB, principalmente com relação aos seguintes aspectos:

- Conceitualiza e clarifica questões acerca do objetivo do relatório financeiro, as características qualitativas da informação financeira útil, e a descrição da entidade, bem como os seus limites;
- Clarifica as definições de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos;
- Define critérios para inclusão de ativos e passivos nas demonstrações financeiras (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento);
- Bases de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e
- Determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras e notas explicativas.

Adicionalmente, as alterações realizadas ao CPC 00 (R2) também alinham a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas, estabelecendo de forma clara a aplicação deste conceito como “informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, as decisões que os principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais tomam com base nesses relatórios, que fornecem informações financeiras sobre a entidade específica que reporta”.

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

As alterações realizadas visam auxiliar o entendimento de temas específicos, melhorando a qualidade das demonstrações financeiras se as informações divulgadas. As alterações realizadas são aplicáveis aos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020 e de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia não há expectativa de que impactos significativos sejam identificados.

Os demais pronunciamentos novos e/ou alterados já emitidos, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras não são aplicáveis as atividades operacionais da Companhia e por conta disso a Companhia não possui a expectativa de que produza qualquer impacto sobre as demonstrações financeiras.

### 3. Reajuste tarifário anual

---

A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 22 de outubro de 2019, deliberou sobre o reajuste tarifário de 2019 da Companhia, aplicada nas tarifas a partir de 22 de outubro de 2019. Foi aprovado um reajuste percebido pelo consumidor de -3,90% composto por (i) reajuste econômico de -4,42%, sendo -5,18% de Parcela A e +0,76% de Parcela B e (ii) componentes financeiros de +6,25%. Descontados os componentes financeiros considerados no último processo tarifário de 5,73%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de -3,90%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2019	
Encargos Setoriais	-6,42%
Energia Comprada	0,44%
Encargos de Transmissão	0,88%
Receita Irrecuperável	-0,07%
<b>Parcela A</b>	<b>-5,18%</b>
<b>Parcela B</b>	<b>0,76%</b>
<b>Reajuste Econômico</b>	<b>-4,42%</b>
CVA Total	4,88%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	1,37%
<b>Reajuste Financeiro</b>	<b>6,25%</b>
<b>Índice de Reajuste Total</b>	<b>1,83%</b>
Componentes Financeiros do Processo Anterior	-5,73%
<b>Efeito para o consumidor</b>	<b>-3,90%</b>

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após a Revisão Tarifária, tiveram os seguintes impactos:

- (i) **Parcela A:** Reajustada em -7,08%, representando -5,18% no reajuste econômico com os seguintes componentes:
- Encargos setoriais - redução de -29,77%, representando -6,42% no reajuste em função, principalmente, da quitação antecipada da CDE Conta ACR que impactou o reajuste em -5,12%;
  - Energia comprada - aumento de 1% decorrente, principalmente, da elevação dos contratos de energia nova no portfólio da empresa, principalmente por disponibilidade. As quotas de CCGFs, reajustadas nos termos da Resolução Homologatória nº 2.587/2019, também contribuíram para a elevação dos custos.
    - Encargos de Transmissão - aumento de 11,95% decorrente principalmente do aumento da Receita Anual Permitida da Rede Básica em relação ao ciclo anterior, representando 0,88% no reposicionamento econômico.
  - Receitas Irrecuperáveis: redução de -12,13% em relação à tarifa anterior, com impacto de -0,07% nas tarifas, decorrente da atualização da base de cálculo sobre a qual é apurada a cobertura das receitas irrecuperáveis;
- (ii) **Parcela B:** aumento de 2,83%, representando uma participação de 0,76% no reajuste econômico, decorrente da variação acumulada, entre junho de 2018 e maio de 2019, do IPCA, de 2,89% e da aplicação do fator X
- (iii) **Fator X:** aplicado o valor de -0,68%, sendo composto por:
- Componente X-Pd ex post (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 1,31%
  - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,15%.
  - Componente X-T (trajetória de custos operacionais): de -1,84%
- (iv) **Componentes financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a esta revisão tarifária totalizam um montante de R\$ 371.935, dentre os quais destaca-se: R\$ 290.546 referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”) em processamento, neutralidade de R\$-42.978, sobre contratação/exposição de energia de R\$ -32.347 e Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 278.748.

O reajuste tarifário médio de -3,90% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo -2,89% e -4,32% para alta e baixa tensão, respectivamente.

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e contas correntes bancárias	20.817	18.471
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>417.964</b>	<b>92.797</b>
CDB (aplicações diretas)	159.481	282
Fundos de investimento aberto	12.947	4.662
Fundos exclusivos *	92.387	-
Operações compromissadas	153.149	87.853
<b>Total</b>	<b>438.781</b>	<b>111.268</b>

\* Fundo exclusivo das empresas do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das oito cotistas.

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, com alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, estas já estão reconhecidas pelo seu valor justo por meio do resultado.

### 5. Consumidores e outras contas a receber

A composição do saldo de consumidores e outras contas a receber é como segue:

	A vencer até 30 dias	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PECLD	31.12.2019	31.12.2018
<b>Circulante</b>							
Fornecimento faturado	477.296	272.155	320.690	1.070.141	(246.090)	824.051	885.579
Receita não faturada	209.355	-	-	209.355	(1.604)	207.751	216.211
Consumidores baixa renda	2.960	-	-	2.960	-	2.960	9.344
Parcelamento de débitos	142.502	30.179	139.579	312.260	(109.385)	202.874	135.557
Contas a receber com partes relacionadas (vide Nota 22)	893	-	-	893	-	893	704
Venda de energia excedente	13.243	-	-	13.243	-	13.243	-
Aluguéis de poste	9.533	2.327	12.479	24.339	(7.414)	16.925	-
Outros contas a receber	3.049	87	310	3.446	-	3.446	21.752
<b>Total do circulante</b>	<b>858.831</b>	<b>304.748</b>	<b>473.058</b>	<b>1.636.637</b>	<b>(364.493)</b>	<b>1.272.143</b>	<b>1.269.147</b>
<b>Não circulante</b>							
Parcelamento de débitos	137.103	-	-	137.103	(13.005)	124.098	104.138
<b>Total não circulante</b>	<b>137.103</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>137.103</b>	<b>(13.005)</b>	<b>124.098</b>	<b>104.138</b>
<b>Total circulante + não circulante</b>	<b>995.934</b>	<b>304.748</b>	<b>473.058</b>	<b>1.773.740</b>	<b>(377.498)</b>	<b>1.396.241</b>	<b>1.373.285</b>

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 6. Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

A PECLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores, segregando em grandes clientes (alta tensão), clientes corporativos (baixa tensão) e administração pública. Considera também, uma análise coletiva e/ou individual, quando aplicável, dos títulos a receber ou do saldo da dívida parcelada, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, considerando um novo modelo de avaliação a fim de apurar as perdas esperadas. No que tange à abordagem coletiva, a Companhia utilizou uma matriz de provisão, conforme previsto na norma, que reflete a experiência de perda de crédito histórica para classe que foi agrupada. A matriz de provisão estabelece percentuais dependendo do *aging* das contas a receber. Na abordagem individual a Companhia considerou o comportamento específico de determinados clientes em função do histórico de inadimplência e as informações disponíveis sobre as contrapartes.

A movimentação das perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é como segue:

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31/12/2018	Provisões/Reversões	Perda	Saldo final 31/12/2019
Consumidores e outras contas a receber	5	332.952	63.154	(18.607)	377.499
Créditos especiais	10	10.486	(9.225)	-	1.261
Outros ativos	12	40.047	(33.070)	-	6.977
		<b>383.485</b>	<b>20.859</b>	<b>(18.607)</b>	<b>385.737</b>

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 7. Ativos e passivos setoriais

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Ativos e Passivos regulatórios	31.12.2018	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	31.12.2019	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não Circulante
<b>CVA</b>	<b>650.358</b>	<b>(32.840)</b>	<b>(305.693)</b>	<b>(116.802)</b>	<b>24.353</b>	<b>219.376</b>	<b>199.468</b>	<b>19.908</b>	<b>203.275</b>	<b>16.100</b>
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	838.377	23.321	(400.699)	(116.802)	33.189	377.386	256.088	121.298	279.288	98.097
Proinfa	1.957	(3.854)	10.518	-	415	9.036	10.732	(1.696)	10.407	(1.371)
Transporte Rede Básica	5.294	37.356	(19.457)	-	292	23.485	2.518	20.967	6.528	16.957
Transporte de Energia - Itaipu	12.902	(179)	(5.344)	-	598	7.977	5.004	2.973	5.572	2.405
ESS	(260.870)	25.878	104.181	-	(11.681)	(142.492)	(89.706)	(52.786)	(99.802)	(42.690)
CDE	52.698	(115.362)	5.108	-	1.540	(56.016)	14.832	(70.848)	1.282	(57.298)
<b>Demais passivos regulatórios</b>	<b>(450.594)</b>	<b>34.243</b>	<b>161.084</b>	<b>-</b>	<b>8.824</b>	<b>(246.443)</b>	<b>(81.993)</b>	<b>(164.450)</b>	<b>(137.240)</b>	<b>(109.202)</b>
Alíquota Efetiva PIS/Cofins	18.458	-	17.778	-	-	36.236	-	36.236	36.236	-
Neutralidade da Parcela A	281.356	(320.393)	(32.234)	-	(2.710)	(73.981)	(32.234)	(41.747)	(40.218)	(33.763)
Sobrecontratação de Energia	(569.937)	353.278	60.086	-	97.611	(58.962)	(24.260)	(34.702)	(30.897)	(28.065)
Diferimento/ Devoluções Tarifárias	(27.028)	(4.202)	(5.723)	-	(500)	(37.453)	(25.499)	(11.954)	(26.685)	(10.768)
Outros	(153.443)	5.560	121.177	-	(85.577)	(112.283)	-	(112.283)	(75.676)	(36.606)
<b>Total ativo (passivo) regulatório, líquido</b>	<b>199.764</b>	<b>1.403</b>	<b>(144.609)</b>	<b>(116.802)</b>	<b>33.177</b>	<b>(27.067)</b>	<b>117.475</b>	<b>(144.542)</b>	<b>66.035</b>	<b>(93.102)</b>
Total ativo circulante	167.487								Total ativo circulante	66.034
Total ativo não circulante	32.277								Total ativo não circulante	(93.101)
<b>Total ativo Líquido</b>	<b>199.764</b>								<b>Total passivo Líquido</b>	<b>(27.067)</b>

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 8. Subvenção CDE

Subvenção a ser repassada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), para compensação às distribuidoras, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), e são homologados pela ANEEL no processo tarifário anual da distribuidora.

	31.12.2019	31.12.2018
Previsão CDE (mensal) ciclo corrente (a)	-	28.550
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	11.409	9.599
CDE a receber - diferença ciclo anterior	12.893	15.556
	<b>24.302</b>	<b>53.705</b>

- a) Em dezembro de 2019, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso, transferindo todos os riscos e benefícios vinculados para a instituição financeira na data da transação com valor de face de R\$ 27.104 com deságio de R\$ 192.

### 9. Tributos a compensar

	31.12.2019		31.12.2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	53.111	-	16.387	-
ICMS	44.765	152.179	22.354	121.250
PIS e COFINS	28.712	-	47.120	-
Outros tributos	783	-	783	-
Total de tributos a compensar	<b>127.371</b>	<b>152.179</b>	<b>86.644</b>	<b>121.250</b>

Os valores de ICMS não circulante a compensar referem-se substancialmente aos créditos de faturamento (R\$94.628) protocolados na Secretaria de Economia do Estado, aguardando autorização de compensação, e créditos de aquisição de bens do ativo permanente (R\$57.551), os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos. Com relação os valores registrados no ativo circulante, o montante de R\$ 11.161 refere-se a créditos de faturamento, protocolado na Secretaria de Economia do Estado, o valor de R\$ 539 a serem protocolados, e o montante de R\$33.065 referente a 12 parcelas de créditos de CIAP.

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 10. Créditos especiais

	31.12.2018	Adições / (reversões)	Provisão para redução ao valor recuperável	Transferência (depósitos judiciais)	PECLD	31.12.2019
Fundo de aporte à CELG D - Funac	1.431.307	(55.731)	(436.698)	9.266	9.225	957.369
	<u>1.431.307</u>	<u>(55.731)</u>	<u>(436.698)</u>	<u>9.266</u>	<u>9.225</u>	<u>957.369</u>
Circulante	158.572					12.246
Não circulante	1.272.735					945.123

Para maiores detalhes do Fundo de Aporte à CELG D - FUNAC, vide nota explicativa 1.1.

Os montantes relacionados a processos que ainda estão ativos no judiciário, são mantidos atualmente no longo prazo através da rubrica de Créditos Especiais, uma vez que os pagamentos oriundos de tais processos ainda não foram realizados. Dessa forma, assim que ocorrer o encerramento judicial dos processos serão adotados todos os procedimentos legais para que os valores pagos sejam ressarcidos à Companhia, seja através de ressarcimento via FUNAC ou apropriação de crédito outorgado de ICMS. A segregação entre curto e longo prazo dos referidos valores é feita baseada em expectativa da Companhia.

Com base nas alterações realizadas às leis vigentes à época da aquisição, bem como as incertezas acerca das decisões que serão proferidas pelas juízes das comarcas e instâncias cujos recursos da Companhia foram realizados, a Administração efetuou provisão para perda ao valor recuperável do FUNAC no montante total de R\$ 436.698 relacionada ao período compreendido entre abril de 2012 e janeiro de 2015, período para o qual a Companhia teve o direito de ressarcimento revogado pela alteração das Leis nº17.555/12 e 19.473/16.

A provisão para perdas mencionada acima gerou uma diferença tributária dedutível, logo, a Companhia reconheceu um montante de R\$ 148.477 de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre o total da perda registrada (vide nota explicativa 28).

### 11. Cauções e depósitos

	31.12.2019	31.12.2018
Cauções e depósitos - Trabalhistas	139.872	99.914
Cauções e depósitos - Cíveis	33.769	56.999
Cauções e depósitos - Fiscais	35.520	34.870
	<u>209.161</u>	<u>191.783</u>

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 12. Outros ativos

	31.12.2019	31.12.2018	
	Circulante	Circulante	Não Circulante
Gastos a reembolsar	7.785	7.785	-
Convênio de arrecadação	68.787	51.470	-
Adiantamentos a fornecedores	1.229	18.933	-
Adiantamentos a empregados	873	1.313	-
Bens destinados à alienação	14.244	25.220	-
Créditos a receber de terceiros	4.991	31.411	-
Créditos a receber com empresas do grupo (vide nota 22)	7.961	7.633	-
Despesas pagas antecipadamente	6.422	5.634	-
Estoque	17.535	16.959	-
Outros devedores	533	172	18
	<b>130.360</b>	<b>166.530</b>	<b>18</b>
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa (vide nota 6)	(6.977)	(40.047)	-
<b>Total</b>	<b>123.383</b>	<b>126.483</b>	<b>18</b>

### 13. Ativo indenizável (concessão)

A movimentação dos saldos do ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR). A marcação a mercado do ativo financeiro é reconhecida no resultado financeiro (vide nota explicativa 29).

A movimentação do ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	31.12.2019	31.12.2018
<b>Saldo inicial</b>	<b>129.867</b>	<b>100.593</b>
Transferências do ativo intangível	15.810	21.597
Marcação a mercado - ativo financeiro	5.533	7.677
<b>Saldo final</b>	<b>151.210</b>	<b>129.867</b>

Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

#### 14. Imobilizado

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados a atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado conforme CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil. Segue demonstrada abaixo a movimentação desses ativos:

	Saldo em 31.12.2018	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Adição	Depreciação	Baixa	Remensuração	Transferência	Reclassificação	Saldo em 31.12.2019
<b>Imobilizado em serviço</b>									
Terrenos	8.474	-	-	-	-	-	-	-	8.474
Edif. Ob. Cívics e benfeitorias	34.510	-	-	-	(631)	-	-	-	33.879
Máquinas e equipamentos	20.623	-	-	-	-	-	627	(519)	20.731
Veículos	1.590	-	-	-	-	-	-	-	1.590
Móveis e utensílios	71.303	-	-	-	-	-	4.059	-	75.362
<b>Subtotal</b>	<b>136.500</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(631)</b>	<b>-</b>	<b>4.686</b>	<b>(519)</b>	<b>140.036</b>
<b>Depreciação acumulada</b>									
Edif. Ob. Cívics e benfeitorias	(18.068)	-	-	(866)	598	-	-	-	(18.336)
Máquinas e equipamentos	(15.322)	-	-	(262)	-	-	-	-	(15.584)
Veículos	(1.229)	-	-	(59)	-	-	-	-	(1.288)
Móveis e utensílios	(55.371)	-	-	(3.986)	-	-	-	-	(59.357)
<b>Subtotal</b>	<b>(89.990)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.173)</b>	<b>598</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(94.565)</b>
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<b>46.510</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.173)</b>	<b>(33)</b>	<b>-</b>	<b>4.686</b>	<b>(519)</b>	<b>45.471</b>
<b>Imobilizado em curso</b>									
Edif. Ob. Cívics e benfeitorias	210	-	1.437	-	-	-	-	-	1.647
Máquinas e equipamentos	2.658	-	21.281	-	-	-	(627)	-	23.312
Veículos	964	-	-	-	(964)	-	-	-	-
Móveis e utensílios	6.769	-	4.239	-	-	-	(4.059)	-	6.949
<b>Subtotal</b>	<b>10.601</b>	<b>-</b>	<b>26.957</b>	<b>-</b>	<b>(964)</b>	<b>-</b>	<b>(4.686)</b>	<b>-</b>	<b>31.908</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>57.111</b>	<b>-</b>	<b>26.957</b>	<b>(5.173)</b>	<b>(997)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(519)</b>	<b>77.379</b>
<b>Ativo de direito de uso - CPC 06 (R2)</b>									
Terrenos	-	343	396	(364)	-	-	-	-	375
Imóveis	-	6.245	734	(1.829)	-	(1.889)	-	-	3.261
Veículos e outros meios de transporte	-	22.658	20	(9.795)	-	-	-	-	12.883
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>29.246</b>	<b>1.150</b>	<b>(11.988)</b>	<b>-</b>	<b>(1.889)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.519</b>
<b>Total</b>	<b>57.111</b>	<b>29.246</b>	<b>28.107</b>	<b>(17.161)</b>	<b>(997)</b>	<b>(1.889)</b>	<b>-</b>	<b>(519)</b>	<b>93.898</b>

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil, em linha com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Administração	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento de informática	16,67%
Edif. Ob. Cívics e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%

Os ativos imobilizados originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) / IFRS 16 são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

Direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	1,3
Imóveis	3,2
Veículos e outros meios de transporte	1,6

Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

15. Intangível

	31.12.2019			31.12.2018	
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em Serviço</b>					
Direito de uso da concessão	6.945.412	(3.511.241)	(1.275.820)	2.158.351	1.998.544
Software	147.537	(86.094)	-	61.443	32.947
Incorporação Enel Investimentos	3.949.029	(305.580)	-	3.643.449	3.784.486
<b>Total intangível</b>	<b>11.041.978</b>	<b>(3.902.915)</b>	<b>(1.275.820)</b>	<b>5.863.243</b>	<b>5.815.977</b>

	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
<b>Saldo do ativo intangível em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>10.181.865</b>	<b>(3.183.893)</b>	<b>(1.231.268)</b>	<b>5.766.704</b>
Adições	-	-	-	-
Baixas	(136.812)	93.487	22	(43.303)
Amortização	-	(262.910)	75.829	(187.081)
Transferência dos ativos contratuais	594.751	-	(144.209)	450.542
Transferências para o ativo indenizável	(21.597)	-	-	(21.597)
Reclassificações do Imobilizado	20.498	(28.749)	-	(8.251)
Amortização intangível da concessão (incorporação Enel Investimentos)	-	(141.037)	-	(141.037)
<b>Saldo do ativo intangível em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>10.638.705</b>	<b>(3.523.102)</b>	<b>(1.299.626)</b>	<b>5.815.977</b>
Adições	-	-	-	-
Baixas	(6.167)	5.218	4	(945)
Amortização	-	(243.994)	67.329	(176.665)
Transferência dos ativos contratuais	424.731	-	(43.527)	381.204
Transferências para o ativo indenizável	(15.810)	-	-	(15.810)
Reclassificações do Imobilizado	519	-	-	519
Amortização intangível da concessão (incorporação Enel Investimentos)	-	(141.037)	-	(141.037)
<b>Saldo do ativo intangível em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>11.041.978</b>	<b>(3.902.915)</b>	<b>(1.275.820)</b>	<b>5.863.243</b>

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, de acordo com as regras definidas pela ANEEL para fins tarifários e de determinação da indenização dos bens reversíveis à concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será amortizado e limitado ao término do contrato de concessão da Companhia. Esse intangível é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido de amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como ativo indenizável nos moldes da Lei nº 12.783/13.

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil, em linha com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Condutor de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 16. Ativo de contrato

No ativo de contrato são registrados, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,81% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 6,75% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

	31.12.2019			31.12.2018
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em Curso</b>				
Direito de uso da concessão	1.094.388	(70.142)	1.024.246	566.238
Software	58.256	-	58.256	40.848
<b>Total intangível</b>	<b>1.152.644</b>	<b>(70.142)</b>	<b>1.082.502</b>	<b>607.086</b>

	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>514.496</b>	<b>(127.001)</b>	<b>387.495</b>
Adições	764.718	(92.415)	672.303
Capitalização de juros de empréstimos	1.075	-	1.075
Baixas	-	12	12
Transferências para o ativo intangível	(594.751)	144.209	(450.542)
Reclassificações do Imobilizado	(3.257)	-	(3.257)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>682.281</b>	<b>(75.195)</b>	<b>607.086</b>
Adições	892.820	(38.474)	854.346
Capitalização de juros de empréstimos	1.017	-	1.017
Transferências para o ativo intangível	(424.731)	43.527	(381.204)
Reclassificações do Imobilizado	1.257	-	1.257
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.152.644</b>	<b>(70.142)</b>	<b>1.082.502</b>

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 17. Fornecedores e outras contas a pagar

	31.12.2019		31.12.2018	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Suprimento de energia elétrica				
Compra de energia	519.633	-	275.495	-
Compra de energia - Itaipú	116.024	628.466	276.711	754.159
Encargo de uso da rede	60.823	-	57.471	-
Partes relacionadas (nota 22)	42.033	-	16.752	-
Materiais e serviços	427.884	-	288.247	19.450
<b>Total</b>	<b>1.166.397</b>	<b>628.466</b>	<b>914.676</b>	<b>773.609</b>

Em 31 de dezembro de 2019, o valor registrado no passivo não circulante de R\$628.466 é referente ao Termo de Confissão e Repactuação da Dívida do Repasse de Energia de ITAIPU- ECF 3286/2016, celebrado entre a Companhia e a Eletrobrás, assinado em 17 de junho de 2016 e referente ao saldo remanescente de Itaipu de US\$ 334.936 na data base 30 de outubro de 2015, ao dólar R\$2,6929 do Contrato ECF 3002/2012. A dívida vem sendo corrigida pela taxa Selic calculada pro rata die sobre o saldo devedor desde 30 de outubro de 2015. O mesmo está sendo pago em 120 meses, sendo os primeiros 24 meses apenas os juros remuneratórios e os 96 meses seguintes será pago o principal e juros remuneratórios calculados pela taxa Selic sobre o saldo devedor.

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 18. Empréstimos e financiamentos

A seguir, demonstra-se a composição dos empréstimos e financiamentos:

	31.12.2019			31.12.2018		
	Principal			Principal		
	Encargo	Circulante	Não circulante	Encargo	Circulante	Não circulante
<b>Moeda estrangeira:</b>						
ITAÚ 4131 CELG - CE 0720L401	-	-	-	5.901	-	293.013
ITAÚ 4131 CELG - CE 0820L401	-	-	-	5.392	-	368.619
ITAÚ 4131 CELG - CE 0221L401	-	-	-	2.100	-	118.062
ITAÚ 4131 CELG V	-	-	-	-	-	159.890
CITI 4131 CELG I	3.266	-	584.930	-	-	-
SCOTIA 4331	1.572	-	195.409	-	-	-
BNP 4131	1.217	202.725	-	-	-	-
SCOTIA 4131 II	496	193.203	-	-	-	-
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b>6.551</b>	<b>395.928</b>	<b>780.339</b>	<b>13.393</b>	<b>-</b>	<b>939.584</b>
Eletrobrás_ECF - 232/2008	-	2.862	8.725	-	2.862	12.031
FIDC Série A	621	54.247	140.137	905	54.247	194.384
FIDC Série B	468	32.124	82.987	575	31.246	111.964
Custos de Transação a Amortizar FIDC	-	(8.537)	-	-	(5.037)	(5.883)
Cotas Subordinadas FIDC	-	-	(59.456)	-	-	(55.185)
FIDC - Provisão para pagamento	-	(9.376)	-	-	(10.015)	-
Celg de Participações S/A	283	11.168	74.633	288	10.457	85.801
Nota Promissória 1º Emissão	-	-	-	9.803	200.000	-
NP Custos de Transação a Amortizar	-	-	-	-	(246)	-
BNDES CG 2018	622	19.281	81.081	648	-	100.323
CCB Alfa	-	-	-	77	130.000	-
3ª NP ITAÚ	6.449	870.000	-	-	-	-
CUSTOS DE TRANSAÇÃO - 3ª NP Itaú	-	(1.288)	-	-	-	-
<b>Total moeda nacional</b>	<b>8.443</b>	<b>970.481</b>	<b>328.107</b>	<b>12.296</b>	<b>413.514</b>	<b>443.435</b>
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>	<b>14.994</b>	<b>1.366.409</b>	<b>1.108.446</b>	<b>25.689</b>	<b>413.514</b>	<b>1.383.019</b>
<b>Resultado das operações de Swap</b>	<b>6.632</b>	<b>10.714</b>	<b>(29.489)</b>	<b>6.174</b>	<b>(494)</b>	<b>(131.040)</b>
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>	<b>21.626</b>	<b>1.377.123</b>	<b>1.078.957</b>	<b>31.863</b>	<b>413.020</b>	<b>1.251.979</b>

A seguir, demonstra-se a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>425.810</b>	<b>443.435</b>	<b>13.393</b>	<b>939.584</b>	<b>1.822.222</b>
Captações	1.323.127	-	403.250	750.000	2.476.377
Variação cambial	-	-	(7.347)	91.795	84.448
Variação monetária	6.469	-	-	-	6.469
Encargos provisionados	66.277	-	59.217	-	125.494
Transferências	115.328	(115.328)	1.001.040	(1.001.040)	-
Amortizações	(889.323)	-	(997.060)	-	(1.886.383)
Encargos pagos	(70.104)	-	(70.014)	-	(140.118)
Constituição de custo de transação	(1.523)	-	-	-	(1.523)
Apropriação custo de transação	2.863	-	-	-	2.863
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>978.924</b>	<b>328.107</b>	<b>402.479</b>	<b>780.339</b>	<b>2.489.849</b>

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A seguir são apresentados detalhes dos empréstimos e financiamentos:

	Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros	Garantias
<b>Empréstimos</b>					
ITAÚ 4131 CELG - CE 0720L401 (a)	05/07/2017	06/07/2020	Bullet	USD + 4,05% a.a.	AVALISTA : ENEL BRASIL
ITAÚ 4131 CELG - CE 0820L401 (a)	22/08/2017	21/08/2020	Bullet	USD + 4,02% a.a.	AVALISTA : ENEL BRASIL
ITAÚ 4131 CELG - CE 0221L401 (a)	15/02/2018	17/02/2021	Bullet	USD + 4,64% a.a.	AVALISTA : ENEL BRASIL
ITAÚ 4131 CELG V (a)	31/07/2018	07/01/2020	Bullet	USD + 5,30% a.a.	AVALISTA : ENEL BRASIL
FIDC Série A (b)	22/07/2015	14/07/2023	Mensal	100% CDI + 3% a.a.	Recebíveis
FIDC Série B (b)	22/07/2015	14/07/2023	Mensal	100% IPCA + 9,7% a.a.	Recebíveis
CITI 4131 CELG I (f)	24/01/2019	29/01/2021	Bullet	USD + Libor + 0,96% a.a.	AVALISTA : ENEL BRASIL
SCOTIABANK 4131 CELG (g)	27/08/2019	29/08/2022	Bullet	USD + 1,95% a.a.	AVALISTA : ENEL BRASIL
BNP 4131 CELG (i)	07/10/2019	29/06/2020	Bullet	USD + 2,64% a.a.	AVALISTA : ENEL BRASIL
SCOTIABANK 4131 II CELG (g)	13/11/2019	18/11/2020	Bullet	USD + 2,15% a.a.	AVALISTA : ENEL BRASIL
<b>Financiamentos</b>					
Eletrobrás_ECF - 232/2008 (c)	11/04/2018	30/06/2024	Mensal	107,5% CDI	N/A
Celg de Participações S/A (d)	03/05/2018	15/06/2023	Mensal	100% IPCA + 5,34%	AVALISTA : ENEL BRASIL
BNDES CG 2018 (e)	03/05/2018	15/06/2023	Mensal	100% IPCA + 5,34% a.a.	AVALISTA : ENEL BRASIL
Nota Promissória 3º Emissão (h)	08/11/2019	07/11/2020	Bullet	100% CDI + 0,70% a.a.	AVALISTA : ENEL BRASIL

Curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

31.12.2019					
2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total não Circulante
714.506	325.795	79.049	12.128	(23.032)	1.108.446

Na sequência características dos principais empréstimos supracitados:

### a) Empréstimos em moeda estrangeira - ITAÚ BBA

Empréstimo na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) não vinculado à operação de trade financeiro, para cobertura de necessidade de Capital de Giro da companhia. Para mitigar risco da operação de empréstimo à variação cambial e taxa de juros foi contratado operação simultânea de swap, anulando o efeito da variação cambial e taxa de juros do contrato por valores em reais. O cumprimento deste contrato tem como garantia Cessão fiduciária do SWAP e Aval da Enel Brasil S.A. Em 08 de novembro de 2019 a Companhia realizou o pré-pagamento de todas as operações com o Itaú (R\$ 800.000) aproveitando uma oportunidade de mercado com a contratação da 3ª Emissão de Notas Promissórias (R\$ 870.000) à um custo menor (vide item h).

### b) FIDC CELG D - Fundo De Investimento Em Direito Creditórios

Foi aprovado em março de 2015, por meio da ATA 386ª Reunião do Conselho de Administração da Celg Distribuição S.A. - CELG D, a conversão da dívida representada por debêntures, no valor de R\$ 290 milhões, emitidas sob a coordenação do Banco *Credit Suisse*, em emissão de quotas de Fundo de



## CELG Distribuição S.A. - CELG D

Investimento em Direitos Creditórios - FIDC e a tomada de crédito adicional, no montante de 200 milhões também por meio de FIDC.

Em julho de 2015 iniciou-se o CELG DISTRIBUIÇÃO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS inscrito no CNPJ/MF sob nº. 21.161.619/0001-58, constituído sob forma de Condomínio Fechado, ou seja, as quotas só serão resgatadas no término do prazo de duração do fundo conforme art. 2º item VI Inst. CVM 356. O Fundo é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., como coordenador líder, o Banco de Investimento *Credit Suisse* (Brasil) S.A e como cedente a CELG DISTRIBUIÇÃO S.A - CELG D.

Pelos serviços de estruturação do Fundo, o Coordenador Líder fez jus as seguintes remunerações: Comissão de Estruturação e Distribuição equivalente a 1,7% incidente sobre o “Montante Mínimo” e 1,0% incidente sobre o “Montante Adicional”; Comissão pela Garantia Firme do Volume Mínimo e Comissão pela Garantia Firme do Volume Adicional que foram pagas pelo cedente na data da emissão, conforme estabelecido no “1º (Primeiro) Instrumento de Aditamento ao Contrato de Distribuição Pública com esforços restritos de colocação, sob regime de Garantia Firme de colocação, de Quotas Seniores de Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios N° CSBR20141000102(Aditamento N° CSBRA20150400397)”.

O prazo de duração do Fundo iniciou-se na data de emissão das quotas Seniores e encerrar-se-á no prazo de 96(noventa e seis) meses, sendo 23(vinte e três) meses de carência e 73(setenta e três) meses, com amortizações mensais. As cotas Seniores estão divididas em série A e série B.

As Quotas Seniores Série A e da Série B da CELG DISTRIBUIÇÃO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS da CELG D tem como valor inicial de emissão R\$ 100.000 e foram registradas no 1º Ofício do Registro de Títulos e Documentos do estado de Rio de Janeiro, sob o nº 1869807, em 03/07/2015.

Os recursos captados na ordem de R\$ 490.000 foram reconhecidos contabilmente como empréstimo e a obrigação está registrada no Passivo.

### **FIDIC - provisão para pagamento**

Mensalmente é provisionado o pagamento de amortização e juros do FIDC Série A e B, pois as retenções são feitas na conta corrente que recebe as transferências de arrecadação (Credit Suisse) definido em contrato. Os valores são conciliados no mês seguinte, estornando a provisão.

### **FIDIC - Cotas subordinadas**

Conforme Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas da CELG DISTRIBUIÇÃO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, o Administrador aprovou a realização de 150 quotas Subordinadas, a serem Subscritas e Integralizadas exclusivamente pelo cedente perfazendo um total de R\$ 15.000. Estas cotas terão como valor inicial de emissão de R\$ 100 (cem mil) e estão classificadas no passivo não circulante, como redutora do total a pagar do Fundo.

### **FIDIC - Custos de transação a amortizar**

Os custos de transação incorridos na captação de recursos, são contabilizados, conforme o CPC 08, como redutor do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido para evidenciação do valor líquido recebido.

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

**c) ECF - 17/2004, ECF 149/2006 e ECF 232/2008**

Referem-se a três contratos de empréstimos e financiamentos concedidos pela Eletrobrás no período de 2004 a 2008 a fim de promover melhoria das condições socioeconômicas das áreas rurais, através de projetos de eletrificação rural, remanescendo em 31 de dezembro de 2019 somente o ECF 232.

**d) Celg Participações S/A**

Mútuo financeiro de reestruturação de dívida. O cumprimento deste contrato tem como garantia a vinculação de receita própria.

**e) BNDES CG 2018**

Empréstimo com vencimento em junho de 2023, na modalidade de capital de giro destinado ao apoio financeiro e utilizados para cobrir custos operacionais.

**f) Empréstimos em moeda estrangeira - Citi 4131**

Empréstimo na modalidade de captação externa (Lei nº 4131) não vinculado à operação de trade financeiro, para cobertura de necessidade de Capital de Giro da companhia. Para mitigar risco da operação de empréstimo à variação cambial e taxa de juros foi contratado operação simultânea de swap, anulando o efeito da variação cambial e taxa de juros do contrato por valores em reais. O cumprimento deste contrato tem como garantia o Aval da Enel Brasil S.A.

**g) Empréstimos em moeda estrangeira - Scotia 4131 e Scotia 4131 II**

Empréstimo na modalidade de captação externa (Lei nº 4131) não vinculado à operação de trade financeiro, para cobertura de necessidade de Capital de Giro da companhia. Para mitigar risco da operação de empréstimo à variação cambial e taxa de juros foi contratado operação simultânea de swap, anulando o efeito da variação cambial e taxa de juros do contrato por valores em reais. O cumprimento deste contrato tem como garantia o Aval da Enel Brasil S.A.

**h) Nota Promissória 3º Emissão**

Foi liberado em 08 de novembro de 2019 a 3ª emissão de Notas Promissórias nos termos da Instrução CVM 476 com objetivo de cobertura de capital de giro da empresa a fim de realizar o pré-pagamento de todos os contratos com o banco Itaú, no valor de R\$870.000 em 100% do seu total de distribuição pública, e com um custo menor do que as operações pré-pagas (CDI + 0,70% a.a.).

**i) Empréstimos em moeda estrangeira - BNP 4131**

Empréstimo na modalidade de captação externa (Lei nº 4131) não vinculado à operação de trade financeiro, para cobertura de necessidade de Capital de Giro da companhia. Para mitigar risco da operação de empréstimo à variação cambial e taxa de juros foi contratado operação simultânea de swap, anulando o efeito da variação cambial e taxa de juros do contrato por valores em reais. O cumprimento deste contrato tem como garantia o Aval da Enel Brasil S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

## 19. Obrigações com arrendamentos

Conforme detalhado na nota explicativa nº 2.11, a Companhia adotou o CPC 06 (R2) - Arrendamentos em uma abordagem de transição simplificada que consiste em não apresentar os saldos comparativos para o ano anterior. Para todos os contratos de arrendamento, a Companhia reconheceu ativos representando o direito de uso e passivos de arrendamento. Os contratos com prazo inferiores a doze meses ou com valor do ativo subjacente não significativo não foram analisados dentro do escopo CPC 06 (R2) conforme expediente prático determinado pela norma em questão.

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: (i) aspectos conceituais do CPC 06 (R2); (ii) taxa incremental de empréstimos (“IBR”); (iii) PIS e COFINS a recuperar - tratamento contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no passivo de arrendamento - tratamento contábil; e (v) evidenciação - nota explicativa.

A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2), a taxa incremental de empréstimos - IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresenta materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro abaixo proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os saldos em 31 de dezembro de 2019 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

	31.12.2019	Valor Nominal 31.12.2019	Média ponderada meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
<b>Obrigações por arrendamento:</b>					
Terrenos	564	588	24	Mensal	de 4,01% a.a até 9,34% a.a
Imóveis	4.092	4.439	40	Mensal	de 4,01% a.a até 11,25% a.a
Veículos e outros meios de transporte	14.362	15.185	28	Mensal	de 5,81% a.a até 8,93% a.a
Equipamentos de TI	-				
Outros	-				
<b>Total</b>	<b>19.018</b>	<b>20.212</b>			
Circulante	13.618	14.588			
Não circulante	5.400	5.624			
	<b>19.018</b>	<b>20.212</b>			

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo não circulante apresenta-se da seguinte forma:

	Não circulante		
	Principal	Juros	Total
2021	4.686	(165)	4.521
2022	706	(39)	667
2022	143	(15)	128
2023	89	(5)	84
	<b>5.624</b>	<b>(224)</b>	<b>5.400</b>

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

	Moeda nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	-	-	-
Adoção inicial - CPC 06 (R2)	12.953	16.293	29.246
Adições	-	1.150	1.150
Remensuração	(1.889)	-	(1.889)
Amortizações	(11.464)	-	(11.464)
Encargos provisionados	1.975	-	1.975
Transferência	12.043	(12.043)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<b>13.618</b>	<b>5.400</b>	<b>19.018</b>

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 20. Obrigações fiscais

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL (a)	-	20.356
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	89.098	93.685
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	37.270	45.805
Programa de integração social - PIS	8.096	9.891
Imposto sobre serviços - ISS	9.389	6.474
Outros	18.910	20.196
<b>Total</b>	<b>162.763</b>	<b>196.407</b>

Não há saldo a pagar de IR/CS em dezembro de 2019, devido à queda no lucro fiscal da Companhia no último trimestre. Ao longo do ano foram realizadas antecipações de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$98.621 (sendo R\$71.986 de IRPJ e R\$26.636 de CSLL). Dessa forma, a diferença líquida entre o lucro fiscal apurado em 31 de dezembro de 2019 e as antecipações realizadas ao longo do exercício, encontram-se registradas na Nota 9.

### 21. Taxas regulamentares

Descrição	31.12.2019		31.12.2018	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Conta de desenvolvimento energético - CDE (a)	-	-	37.015	-
Programas de P&D e PEE	44.757	255.441	47.372	215.460
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	26.932	7.644
CCRBT	18.549	-	30.090	-
<b>Total</b>	<b>63.306</b>	<b>255.441</b>	<b>141.409</b>	<b>223.104</b>

#### a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Conforme previsto na Resolução Homologatória nº 2.521, de 20 de março de 2019, o exercício de vigência da cobrança do encargo CDE-ACR se encerrou no mês de agosto de 2019.

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 22. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: seus controladores, administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgações de partes relacionadas.

As principais operações realizadas podem ser resumidas como a seguir demonstrado:

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	31.12.2019			31.12.2018			Receita (Despesa)	
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	31.12.2019	31.12.2018
Benefícios pós emprego	Fundação CELG de seguros e previdência - ELETRA	Até o final da concessão		21.440	195.539	-	36.433	155.683	(12.018)	(14.743)
Agente de arrecadação e vendas em fatura de energia	ENEL X Brasil S.A.	Fevereiro de 2024	-	683	-	-	-	-	-	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016.	ENEL Brasil S.A.		530	22.826		1.130	10.749		(2.773)	(6.375)
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Fevereiro de 2024	22	18		242	-			
Suprimento de energia - CCEAR	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Até o final da concessão	893	-		704	-		8.777	7.247
	ENEL Green Power Paranapanema		-	92		-	86		(1.063)	(1.035)
	ENEL Green Power Mourão		-	26		-	24		(302)	(290)
	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.		-	150		-	-		(1.093)	-
	ENEL Green Power Fazenda S.A.		-	123		-	-		(731)	-
	ENEL Green Power Volta Grande S.A.		-	738		-	-		(8.596)	-
	ENEL Green Power Salto do Apiacás S.A.		-	235		-	687		(1.875)	-
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		-	299		-	-		(1.803)	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		256			-		(2.022)	-	
	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	-	480		-	461		(4.150)	-
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO N° 338, de 06 de fevereiro de 2019.	Enel Distribuição Ceará - COELCE			2.233			1.226			
	Enel Green Power Participações Ltda		2.816	171		2.611				
	Enel Geração Fortaleza - CGTF		267	735		337	3.080			
	Enel Green Power Volta Grande S.A.		270	-		149				(8.898)
	Ampla Energia e Serviços S.A.		186	1.965		1.045				
	Enel SPA	Fevereiro de 2024		319			380		(7)	(492)
	Enel Itália IT			5.075			950		(517)	(950)
	Enel Global Infrastructure and Networks SRL		59	576			335		(182)	(335)
	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		3.406	5.033						
	ENEL CIEN S.A.		464			893				(4.750)
			8.913	63.473	195.539	8.337	53.185	155.683	(28.355)	(30.621)
	Outros ativos (nota explicativa 12)		7.961			7.633				
	Consumidores e outras contas a receber (nota explicativa 5)		893			704				
	Fornecedores (nota explicativa 17)			42.033			16.752			
	Obrigações com benefícios pós emprego (nota explicativa 24)			21.440	195.539		36.433	155.683	(12.018)	(14.743)
	Receita operacional líquida (nota explicativa 26)								8.777	7.247
	Custos com energia elétrica								(21.635)	(1.325)
	Serviços de terceiros								(3.479)	(21.800)

### Remuneração da administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontra-se disposta no quadro abaixo. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	31.12.2019	31.12.2018
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	5.092	8.893
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	6	19
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	(122)	790
<b>Total</b>	<b>4.976</b>	<b>9.702</b>

Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

**23. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios**

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Provisões com risco provável:

	31.12.2018	31.12.2019			Saldo Acumulado
	Saldo Acumulado	Adições/ Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	
Trabalhistas (a)	56.011	(3.701)	7.566	(3.289)	56.587
Cíveis (b)	52.940	26.653	10.491	(14.350)	75.734
Regulatórios (c)	70.330	34.029	2.889	(6.251)	100.997
FUNAC	1.140.154	(127.187)	71.909	(160.831)	924.045
<b>Total</b>	<b>1.319.435</b>	<b>(70.206)</b>	<b>92.855</b>	<b>(184.721)</b>	<b>1.157.363</b>

**a) Riscos trabalhistas**

Estão relacionados à indenização por acidentes, responsabilidade solidária, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras, e outros processos trabalhistas.

**b) Riscos cíveis**

Englobam processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

**c) Riscos regulatórios**

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa nº 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão. Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

As ações classificadas como risco provável e passíveis de mensuração são reconhecidas nas demonstrações financeiras na rubrica “Provisões para demandas Judiciais” em contrapartida no resultado. Em ato contínuo, considerando a criação do FUNAC, caso a contingência seja decorrente de fato gerador anterior à data de aquisição do controle acionário da Companhia pela Eletrobrás, considerando que o desembolso será ressarcido pelo Fundo, é reconhecido o mesmo valor como créditos especiais.

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Em junho de 2019, a Companhia sofreu ação fiscalizadora da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com o objetivo de verificar a prestação de serviço adequado quanto à qualidade do atendimento comercial. Tal fiscalização resultou no Auto de Infração n. ° 0004/2019-AGR-SFE, que aplicou penalidade no valor de R\$ 62.115. A Companhia interpôs Recurso Administrativo em novembro de 2019, estando o processo em fase de análise do Conselho Regulador do órgão fiscalizador estadual, AGR, para posterior julgamento. Após essa etapa, será encaminhado ao órgão regulador federal, ANEEL, para análise e decisão final em âmbito administrativo. Em função de todas as atualizações necessárias e considerando o cenário de mitigação parcial das não conformidades, a Companhia procedeu atualização prévia da penalidade, provisionando o valor de R\$ 36.033.

### Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui, basicamente, ações de natureza trabalhista, cível e fiscal, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas possíveis estão assim representadas:

	31.12.2019	31.12.2018
Trabalhistas	138.854	107.597
Cíveis (a)	1.970.515	1.867.643
Fiscais (b)	812.756	766.815
Juizados especiais	1.575	2.449
<b>Total</b>	<b>2.923.700</b>	<b>2.744.504</b>

A seguir são apresentados os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

#### a) Cíveis

A Companhia está envolvida em processos cíveis principalmente relacionados a (i) ação de improbidade administrativa; (ii) ação de execução de título extrajudicial oriundo de contrato de honorários advocatícios realizado com dispensa de licitação; (iii) confissão de dívida; (iv) ação de execução lastreada em prêmios não pagos de apólices de seguros.

#### b) Fiscais

##### Temas federais

Autos de infração referente ao período de 2000 a 2005 lavrados pela Receita Federal do Brasil por ter a Companhia deixado de incluir nas bases de cálculo do PIS e da COFINS os valores referentes ao ICMS. A Companhia segue discutindo o tema através de ação judicial com decisão favorável em segunda instância e no Superior Tribunal de Justiça. O valor envolvido nestes processos, atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 620.366 (R\$ 606.574 em 31 de dezembro de 2018).

**Temas estaduais**

No âmbito estadual, a Companhia discute o suposto creditamento indevido do ICMS em dois autos de infração que aguardam julgamento de primeira instância administrativa. O valor envolvido nestes processos, atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 16.823.

**Temas municipais**

No âmbito municipal, a Companhia discute ISS em execuções fiscais e autos de infração apresentados pelo Município de Goiânia, Anápolis, Mineiros e Águas Lindas de Goiás, no montante total de R\$ 141.330 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 133.869 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de PIS, COFINS, ICMS e IPTU no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2019 de R\$ 34.237 (R\$ 26.372 em 31 de dezembro de 2018).

**Contingências ativas****Exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS**

Em março de 2017 o STF decidiu o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento, buscando a modulação dos efeitos e alguns esclarecimentos.

A Companhia discute o tema em ação judicial desde 2003. Após decisão de conformidade com o precedente do STF dada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Companhia apresentou Embargos de Declaração para corrigir erro formal que foi julgado procedente. Aguarda-se análise de admissibilidade do Recurso Extraordinário apresentado pela União Federal.

### 24. Obrigações com benefícios pós-emprego

---

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA - ELETRA, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

#### (a) Definição dos tipos de benefícios

A CELG D, através da ELETRA, oferece aos seus empregados dois planos de benefícios, sendo o primeiro instituído originalmente na modalidade de Benefício Definido - BD (em fase de extinção) e outro, denominado Plano Misto de Benefícios, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de Contribuição Definida - CD, durante o período de acumulação e de Benefício Definido na fase de pagamento.

A CELG D tem responsabilidade no plano original de Benefício Definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No Plano Misto, a responsabilidade da CELG D, na fase de acumulação, é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a CELG D assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

#### (b) Cobertura do déficit técnico

Para cobertura do déficit técnico relativo ao Plano de Benefício Definido, apurado até 31 de agosto de 2000, a CELG D celebrou instrumento de consolidação e parcelamento de débitos, sendo o saldo a pagar registrado no exigível da Companhia.

#### (c) Descrição do plano de benefício definido

Os benefícios deste plano, são concedidos a partir do SRB - Salário Real de Benefício, regulamentado e calculado com limites sobre a remuneração vigente do empregado na data da concessão e estão relacionados essencialmente à suplementação de aposentadoria.

#### (d) Descrição do plano misto de benefícios

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos e pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários.

Os benefícios do plano estão relacionados essencialmente à suplementação de aposentadoria.

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### (e) Custo do patrocinador

Política adotada para reconhecimento de perdas e ganhos atuariais:

De acordo com a divulgação dos resultados atuariais, efetuado por consultoria especializada, com base no CPC 33 (R1), o déficit atuarial apurado encontra-se suportado pelo contrato de confissão de dívidas firmado junto à ELETRA.

#### Plano de assistência saúde

A CELG D é uma das mantenedoras da caixa de assistência à saúde dos empregados da CELG - CELGMED, fundada em 1986, que opera plano privado de assistência à saúde classificada como autogestão, conforme art. 4º c/c art. 12, II da RN nº 137/2006, registrado junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o número 361461, como plano coletivo empresarial.

O Plano Básico de Assistência à Saúde dos Empregados da CELG, destina-se aos empregados ativos, inativos (aposentados) e pensionistas, bem como seus dependentes. A manutenção dos ex-empregados (aposentados) e pensionistas no Plano Básico de Assistência à Saúde é mediante ao pagamento da mensalidade integral, sem a participação da Companhia, ou seja, são auto patrocinados.

De acordo com o laudo atuarial o valor presente da obrigação de benefício definido, o custo do serviço corrente e custo do serviço passado, foram medidos utilizando o método de crédito unitário projetado.

	31.12.2019				
	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	23.840	84.844	58.050	26.127	192.861
Custo do serviço corrente	-	12	-	1.444	1.456
Custos do serviço passado	-	-	-	(4.740)	(4.740)
Custo dos juros líquidos	2.012	5.983	5.312	1.994	15.301
Contribuições reais do empregador	(2.955)	(34.239)	-	(2.383)	(39.577)
Perdas (ganhos) sobre a obrigação atuarial	2.996	511	49.615	(699)	52.423
Outras movimentações	-	(745)	-	-	(745)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>25.893</b>	<b>56.366</b>	<b>112.977</b>	<b>21.743</b>	<b>216.979</b>
Circulante					21.440
Não Circulante					195.539

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### Análise da obrigação atuarial:

#### Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

	31.12.2019	31.12.2018
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	700.832	590.645
Custo dos serviços correntes	1.457	1.761
Custo dos serviços passados	(4.740)	-
Custos dos juros	60.460	54.708
Perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	151.122	106.619
Benefícios pagos pelo plano	(58.121)	(52.901)
Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício	<u>851.010</u>	<u>700.832</u>

#### Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	31.12.2019	31.12.2018
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	508.716	432.593
Retorno esperado dos ativos do plano	45.159	41.726
Contribuições do empregador	39.578	41.743
Benefícios pagos pelo plano	(58.121)	(52.901)
Ganhos atuariais sobre os ativos do plano	98.699	45.555
Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício	<u>634.031</u>	<u>508.716</u>

#### Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com o passivo líquido reconhecido no balanço patrimonial

	31.12.2019	31.12.2018
Valor presente das obrigações atuariais	851.010	700.832
Valor justo dos ativos	(634.031)	(508.716)
Outros	-	745
Passivo atuarial líquido registrado	<u>216.979</u>	<u>192.861</u>

#### Despesa reconhecida nas demonstrações de resultado



## CELG Distribuição S.A. - CELG D

	31.12.2019	31.12.2018
Custo do serviço corrente bruto	1.457	1.761
Custos do serviço passado	(4.740)	-
<b>Custo do serviço líquido</b>	<b>(3.283)</b>	<b>1.761</b>
Juros sobre a obrigação atuarial	60.460	54.708
Rendimento esperado dos ativos no ano	(45.159)	(41.726)
<b>Juros líquidos sobre o passivo</b>	<b>15.301</b>	<b>12.982</b>
<b>Total reconhecido na DRE</b>	<b>12.018</b>	<b>14.743</b>

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### Categoria principal de ativos que cada plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

	31.12.2019	%	31.12.2018	%
Renda fixa	508.849	80%	317.537	62%
Renda variável	61.319	10%	41.614	8%
Investimentos imobiliários	18.572	3%	69.024	14%
Outros	45.291	7%	80.541	16%
Total do valor justo dos ativos do plano	<b>634.031</b>	<b>100%</b>	<b>508.716</b>	<b>100%</b>

### Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	31.12.2019	31.12.2018
Perda sobre as obrigações atuariais	151.122	106.619
Ganho sobre os ativos	(98.699)	(45.555)
Montante reconhecido no exercício em ORA	<b>52.423</b>	<b>61.064</b>

### Premissas biométricas adotadas

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

Principais Premissas Atuariais	Plano BD	Plano Misto	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	7,22%	7,22%	7,59%	6,96%
Taxa de crescimento salarial	0	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média

### Despesa esperada para o exercício de 2020

	2020
Custo do serviço corrente	1.315
Custos dos juros	14.358
<b>Total de despesas</b>	<b>15.673</b>

### Análise de sensibilidade

	BD		MISTO		Plano Médico		FGTS	
	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)
Taxa de Desconto								
Impacto da obrigação do benefício definido	104.861	116.105	576.795	638.055	95.040	137.322	20.899	22.650
Total da obrigação do benefício definido	<b>104.861</b>	<b>116.105</b>	<b>576.795</b>	<b>638.055</b>	<b>95.040</b>	<b>137.322</b>	<b>20.899</b>	<b>22.650</b>

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 25. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 5.075.679 representado por 255.286.739 ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a composição do capital social por acionistas era a seguinte:

31.12.2019 e 31.12.2018			
Acionista	Quantidade de ações ordinárias (em unidades)	% de Participação no capital	Milhares R\$
Enel Brasil S.A.	255.099.014	99,93	5.071.947
Outros	187.725	0,07	3.732
Total de ações em circulação	<b>255.286.739</b>	<b>100,00</b>	<b>5.075.679</b>

#### b) Reserva de Capital

O montante de R\$3.507.653 foi constituído mediante a incorporação reversa da Enel Investimentos S.A.

#### c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. Em virtude dos prejuízos acumulados pela Companhia, não está sendo constituída a reserva legal.

#### d) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido.

Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

**26. Receita operacional líquida**

	31.12.2019			31.12.2018		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
<b>Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores:</b>						
Residencial	2.583.323	5.074.720	3.921.040	2.504.162	4.755.523	3.518.319
Industrial	8.788	832.154	644.958	9.103	1.097.834	745.541
Comercial	208.179	2.293.325	1.916.666	209.028	2.189.878	1.691.542
Rural	192.054	1.540.828	806.729	186.721	1.424.958	695.127
Poder público	18.565	492.625	372.020	17.881	452.230	315.235
Iluminação pública	617	653.329	325.995	615	681.669	342.728
Serviço público	2.890	397.148	280.991	2.624	393.883	248.108
Suprimento - Agente de Distribuição	9	-	45.327	1	-	39.906
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>3.014.425</b>	<b>11.284.129</b>	<b>8.313.726</b>	<b>2.930.135</b>	<b>10.995.975</b>	<b>7.596.506</b>
<b>Outras receitas - originadas de contratos com clientes</b>						
Fornecimento não faturado	-	-	209.355	97.220	-	218.067
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(159.322)	-	-	(73.960)
Energia no MVE - Mecanismo de venda de excedente	-	-	142.696	-	-	-
Receitas com partes relacionadas (vide nota 22)	-	-	8.777	-	-	7.247
<b>Total receitas - originadas de contratos com clientes</b>	<b>3.014.425</b>	<b>11.284.129</b>	<b>8.515.232</b>	<b>3.027.355</b>	<b>10.995.975</b>	<b>7.747.860</b>
<b>Outras receitas</b>						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	(143.206)	-	-	86.237
Subvenção baixa renda	-	-	38.501	-	-	35.457
Subvenção de recursos da CDE	-	-	354.150	-	-	392.547
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres	299	3.028.796	403.253	226	2.730.429	237.448
Receita de Construção	-	-	855.363	-	-	673.392
Outras receitas	-	-	135.161	-	-	147.125
<b>Total outras receitas</b>	<b>299</b>	<b>3.028.796</b>	<b>1.643.222</b>	<b>226</b>	<b>2.730.429</b>	<b>1.572.206</b>
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>3.014.724</b>	<b>14.312.925</b>	<b>10.158.454</b>	<b>3.027.581</b>	<b>13.726.404</b>	<b>9.320.066</b>
<b>(-) Deduções da receita operacional bruta</b>						
ICMS	-	-	(2.367.982)	-	-	(2.137.213)
COFINS	-	-	(739.504)	-	-	(689.286)
PIS	-	-	(162.138)	-	-	(149.648)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(52.567)	-	-	(47.477)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(803.120)	-	-	(892.641)
Ressarcimento P&D (a)	-	-	-	-	-	29.328
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(6.905)	-	-	(5.163)
ISS	-	-	(2.895)	-	-	(2.505)
<b>Total de deduções de receita operacional bruta</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.135.111)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.894.605)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3.014.724</b>	<b>14.312.925</b>	<b>6.023.343</b>	<b>3.027.581</b>	<b>13.726.404</b>	<b>5.425.461</b>

(\*) Não auditado pelos auditores independentes

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 27. Receitas (custos/despesas) operacionais

Descrição	31.12.2019					31.12.2018				
	Custo do Serviço	Despesas de vendas	Despesas gerais e administrativas	Outros	Total	Custos do serviço	Despesas de vendas	Despesas gerais e administrativas	Outros	Total
Pessoal	(111.170)	-	(49.028)	-	(160.198)	(112.549)	-	(52.374)	-	(164.923)
Material	(28.706)	-	(866)	-	(29.572)	(24.438)	-	(3.356)	-	(27.794)
Serviços de terceiros	(600.148)	(232)	(18.619)	-	(618.999)	(364.815)	(19.071)	(17.783)	-	(401.669)
Energia elétrica comprada para revenda	(3.004.468)	-	-	-	(3.004.468)	(2.906.179)	-	-	-	(2.906.179)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(458.524)	-	-	-	(458.524)	(493.658)	-	-	-	(493.658)
Encargos de serviços do sistema	(3.117)	-	-	-	(3.117)	45.943	-	-	-	45.943
Depreciação e amortização	(317.864)	-	(17.020)	-	(334.884)	(313.390)	-	(19.661)	-	(333.051)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(20.859)	-	-	(20.859)	-	(32.741)	-	-	(32.741)
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	-	-	(56.981)	-	(56.981)	-	-	(28.671)	-	(28.671)
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	-	-	(436.698)	-	(436.698)	-	-	-	-	-
Custo de construção	(855.363)	-	-	-	(855.363)	(673.392)	-	-	-	(673.392)
Outros custos operacionais	3.692	-	(30.639)	-	(26.947)	10.693	-	(46.010)	-	(35.317)
Receita de multa por impontualidade de clientes	-	-	-	70.908	70.908	-	-	-	65.200	65.200
Outras receitas operacionais	-	-	-	2.885	2.885	-	-	-	139.907	139.907
<b>Total</b>	<b>(5.375.668)</b>	<b>(21.091)</b>	<b>(609.851)</b>	<b>73.793</b>	<b>(5.932.817)</b>	<b>(4.831.785)</b>	<b>(51.812)</b>	<b>(167.855)</b>	<b>205.107</b>	<b>(4.846.345)</b>

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 28. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

	31.12.2019		31.12.2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(144.855)	(144.855)	390.538	390.538
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
	36.250	13.037	(97.611)	(35.148)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas ineditáveis e multas	(4.259)	(1.566)	(5.996)	(2.364)
Incentivos fiscais e outros	1.724	-	2.778	-
Diferido constituído ref. períodos anteriores	-	-	955.476	344.178
Imposto de renda e contribuição social no resultado	33.715	11.471	854.647	306.666
Imposto de renda e contribuição social correntes	(62.679)	(23.199)	(101.053)	(37.429)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	96.394	34.670	955.700	344.095
Total	33.715	11.471	854.647	306.666
Aliquota efetiva	23,27%	7,92%	-218,84%	-78,52%

	Balancos Patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019
IR e CS sobre diferenças temporárias	<b>1.339.092</b>	<b>1.221.911</b>	<b>117.183</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	136.767	173.487	(36.720)
Provisão para processos judiciais e outros	105.343	70.074	35.269
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	148.477	-	148.477
Reavaliação	(42.201)	(45.730)	3.529
Prejuízo fiscal e base negativa	964.761	1.002.237	(37.476)
Outras	25.945	21.843	4.104
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	<b>(4.898)</b>	<b>(3.017)</b>	<b>(1.881)</b>
IFRIC 12	(4.898)	(3.017)	(1.881)
Efeito no resultado do exercício	<b>1.334.194</b>	<b>1.218.894</b>	<b>115.302</b>
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	<b>44.009</b>	<b>25.857</b>	<b>18.152</b>
Plano de Pensão	42.566	24.742	17.824
Swap	1.443	1.115	328
IR e CS diferidos incorporação - Resultado			
Incorporação	(407.223)	(422.985)	15.762
<b>Total</b>	<b>970.980</b>	<b>821.766</b>	<b>149.216</b>

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu o total dos ativos diferidos sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias baseado no estudo de rentabilidade. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou o estudo de recuperabilidade e estima que os saldos ativos serão recuperados em 10 anos, conforme apresentado abaixo:

Ano de realização	31.12.2019
2020	106.434
2021	99.452
2022	272.581
2023	124.656
2024 a 2026	485.281
2027 a 2029	336.898
<b>Total</b>	<b>1.425.302</b>

### 29. Resultado financeiro

	31.12.2019	31.12.2018
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicação financeira	7.371	6.734
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	51.626	50.235
Variações monetárias diversas	7.888	9.522
Receita de ativo indenizável	5.533	7.677
Varição cambial de dívidas	62.968	53.176
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	147.362	201.772
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	62.868	21.599
Variação monetária Parcela A e outros itens financeiros	46.586	11.181
Outras receitas financeiras, líquida	5.020	1.360
<b>Total</b>	<b>397.222</b>	<b>363.256</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargo de dívidas	(126.511)	(61.965)
Variação monetária de dívidas	(6.469)	(50.434)
Variação cambial de dívidas	(147.416)	(201.750)
Encargo de fundo de pensão	(15.301)	(12.982)
Atualização financeira s/ ressarcimento a terceiros	(25.541)	(750)
Custos pré-pagamento - Itaú	(11.811)	-
Variações monetárias diversas despesas	(56.108)	(63.964)
Correção P&D / PEE	(8.441)	(11.113)
IOF	(1.767)	(3.634)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	(62.968)	(53.680)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(97.784)	(43.037)
Encargos obrigações com arrendamento	(1.975)	-
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(20.946)	(23.769)
Atualização financeira s/ renegociação de parcelamento	(15.000)	(14.621)
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	(13.409)	(4.059)
Atualizações de impostos	(13.541)	(1.837)
Outras despesas financeiras, líquida	(7.615)	(4.239)
<b>Total</b>	<b>(632.603)</b>	<b>(551.834)</b>
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(235.381)</b>	<b>(188.578)</b>

Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 30. Objetivos e políticas para a gestão do risco financeiro

#### Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

#### Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Estado do Goiás. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

#### Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como baixo, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber. A Administração considera bastante reduzido os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Instrumentos financeiros derivativos	31.12.2019	31.12.2018
AAA	12.143	125.359
<b>Total Geral</b>	<b>12.143</b>	<b>125.359</b>
Caixa e equivalente de caixa	31.12.2019	31.12.2018
AA-	100.443	-
AAA	317.521	108.231
Não avaliado	20.817	3.037
<b>Total Geral</b>	<b>438.781</b>	<b>111.268</b>

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### Risco de mercado (câmbio)

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização do dólar frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas ao dólar da Companhia possuem contratos de swap (Dólar para Real CDI/Spread).

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (hedge) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros e inflação, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são swaps de moeda (câmbio) ou taxas de juros e inflação sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

### Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía 95% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, IPCA e Libor), conforme demonstrado abaixo.

Empréstimos, financiamentos, derivativos e obrigações por arrendamento	31.12.2019	%	31.12.2018	%
Taxa Fixa	132.282	5%	678.972	45%
CDI	2.112.887	85%	693.646	41%
IPCA	216.563	9%	244.756	14%
Libor	34.992	1%	79.487	0%
<b>Total</b>	<b>2.496.724</b>	<b>100%</b>	<b>1.696.861</b>	<b>100%</b>

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos e financiamentos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A liquidez da Companhia é gerida por meio do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro disponíveis por meio de contratos firmados com o Banco Bradesco no valor de R\$80.000 e Banco ABC Brasil no valor de R\$ 100.000, totalizando R\$180.000.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos detalhados na nota 18, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2019 é de 28% e em 31 de dezembro de 2018 de 24%.

As tabelas a seguir apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos e financiamentos e obrigações por arrendamento da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
<b>31 de dezembro de 2019</b>						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	1.707	8.001	432.071	281.604	41.058	764.441
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	18.871	19.991	1.027.578	927.627	(59.456)	1.934.611
Obrigações por arrendamento	1.101	2.296	10.221	5.400	-	19.018
	<b>21.679</b>	<b>30.288</b>	<b>1.469.870</b>	<b>1.214.631</b>	<b>(18.398)</b>	<b>2.718.070</b>
<b>31 de dezembro de 2018</b>						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	7.795	14.077	32.834	1.058.087	58.699	1.171.492
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	140.314	21.257	298.031	410.143	-	869.745
	<b>148.109</b>	<b>35.334</b>	<b>330.865</b>	<b>1.468.230</b>	<b>58.699</b>	<b>2.041.237</b>

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de hedge que também estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos a seguir:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
<b>31 de dezembro de 2019</b>					
Swaps câmbio de juros	6.741	6.897	48.645	(947)	61.336
	<b>6.741</b>	<b>6.897</b>	<b>48.645</b>	<b>(947)</b>	<b>61.336</b>

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

	Categoria	Nível	31.12.2019		31.12.2018	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	438.781	438.781	111.268	111.268
Consumidores e outras contas a receber	Custo amortizado	2	1.396.241	1.396.241	1.373.285	1.373.285
Ativos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	66.034	66.034	199.764	199.764
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	30.339	30.339	138.882	138.882
Ativo indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	151.210	151.210	129.867	129.867
<b>Passivo</b>						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	1.287.750	1.304.301	869.245	917.184
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	980.093	1.197.251	952.977	895.922
Passivos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	93.101	93.101	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	18.196	18.196	13.522	13.522
Obrigações por arrendamento	Custo amortizado	2	19.019	19.019	-	-
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.794.863	1.794.863	1.688.285	1.688.285

### Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

**Nível 1:** Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;

**Nível 2:** Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;

**Nível 3:** Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

### Instrumentos financeiros derivativos

Com finalidade de evitar riscos com variações cambiais, para as dívidas atreladas ao dólar (48% do total), a Companhia realizou operações de hedge por meio de contrato de swap, trocando libor+spread/spread + variação cambial por CDI + spread de forma a garantir que a companhia não fique exposta a possíveis variações do mercado.

Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados nas demonstrações de resultados. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou um resultado positivo não realizado na operação de swap no montante de R\$ 12.143 (resultado positivo no montante de R\$125.360 em 31 de dezembro 2018), e possui reconhecido o saldo das perdas com os instrumentos financeiros derivativos em outros resultados abrangentes no valor de R\$ 965 (saldo negativo no montante de R\$17.611 em 31 em de dezembro 2018).

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Em 31 de dezembro de 2019 havia 4 (quatro) contratos de swap, sendo um contrato de dólar+libor+spread para CDI + spread e 3 contratos de contratos de dólar+spread para CDI+spread, conforme demonstrado abaixo:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
				Moeda local	
				31.12.2019	31.12.2018
<b>Contratos de swaps:</b>					
ITAÚ 4131 CELG - CE 0720L401	05/07/2017	06/07/2020	USD 4,05% aa 116,15% CDI	-	37.969
ITAÚ 4131 CELG - CE 0820L401	22/08/2017	21/08/2020	USD 4,02% aa 115,80% CDI	-	62.374
ITAÚ 4131 CELG - CE 0221L401	09/02/2018	17/02/2021	USD 4,64% aa 100% CDI + 1,41% aa	-	17.952
ITAÚ 4131 CELG - CE 0720L401 PP	09/03/2018	07/01/2019	116,15% CDI BRL 7,55% aa	-	(51)
ITAÚ 4131 CELG - CE 0820L401 PP	09/03/2018	22/08/2018	115,80% CDI BRL 7,59% aa	-	308
ITAÚ 4131 CELG V	31/07/2018	07/01/2020	USD 5,30% aa 100% CDI + 1,40% aa	-	6.808
CITI 4131 CELG	24/01/2019	29/01/2021	Libor-03 + 0,96% aa CDI + 1,40% aa	32.586	-
SCOTIABANK 4131 CELG	27/08/2019	29/08/2022	USD 2,30% aa 100% CDI + 0,79% aa	(7.961)	-
BNP 4131 CELG	07/10/2019	29/06/2020	USD 2,64% aa 100% CDI + 0,31% aa	(4.515)	-
SCOTIABANK 4131 II CELG	13/11/2019	18/11/2020	USD 2,15% aa 100% CDI + 0,25% aa	(7.967)	-
			<b>Total</b>	<b>12.143</b>	<b>125.360</b>

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) de 31 de dezembro de 2019 estão dispostos abaixo:

Derivativos	Valor da curva	Valor de mercado	Diferença	Valor de referência (Notional)
Swap Fixo (USD) x DI 05/07/2017 Itaú	-	-	-	250.000
Swap Fixo (USD) x DI 22/08/2017 Itaú	-	-	-	300.000
Swap Fixo (USD) x DI 15/02/2018 Itaú	-	-	-	100.000
Swap Fixo (USD) x DI 31/07/2018 Itaú	-	-	-	150.000
Swap Libor x DI Citi 24/01/2019	32.623	32.586	37	550.000
Swap Fixo (USD) x DI 27/08/2019 Scotiabank	(7.148)	(7.961)	813	200.000
Swap Fixo (USD) x DI 07/10/2019 BNP	(2.325)	(4.515)	2.190	203.250
Swap Fixo (USD) x DI 13/11/2019 Scotiabank II	(7.457)	(7.967)	510	200.000
	<b>15.693</b>	<b>12.143</b>	<b>3.550</b>	<b>1.953.250</b>

A estimativa de valor de mercado das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 (anteriormente denominada BM&F Bovespa) na posição de 31 de dezembro de 2019.

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### Análise de sensibilidade complementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide a seguir análise de sensibilidade nas dívidas da Companhia estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável (índices projetados divulgados pela B3).

Ativos (Passivos)	Risco	Base	Cenários projetados - Dezembro 2020		
		31.12.2019	Provável	Adverso +25%	Remoto +50%
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	417.964	18.014	13.511	9.007
Ativo indenizável	Redução do IPCA	151.210	6.517	4.888	3.259
Instrumentos financeiros derivativos	Alta do CDI	(1.118.803)	(51.126)	(61.289)	(71.354)
Instrumentos financeiros derivativos	Alta da Libor	553.204	31.306	158.995	265.591
Instrumentos financeiros derivativos	Alta do Dólar	577.742	25.311	122.549	203.351
Empréstimos e financiamentos	Pre-fixado	(115.403)	(19.974)	(19.974)	(19.974)
Empréstimos e financiamentos	Alta do Dólar	(594.621)	(24.583)	(124.906)	(208.271)
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	(994.084)	(47.298)	(56.186)	(64.991)
Empréstimos e financiamentos	Alta do IPCA	(216.563)	(20.147)	(21.171)	(22.191)
Empréstimos e financiamentos	Alta da Libor	(588.196)	(32.454)	(168.207)	(281.536)
			<b>(114.434)</b>	<b>(151.791)</b>	<b>(187.110)</b>

CDI (% em 31.12.2020) 4,85% 6,06% 7,28%

IPCA (% em 31.12.2020) 1,78% 2,23% 2,67%

Libor3M (% em 31.12.2020) 2,17% 2,71% 3,25%

Libor6M (% em 31.12.2020) 1,86% 2,33% 2,79%

## CELG Distribuição S.A. - CELG D



Notas explicativas as demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 31. Compromissos

---

Os compromissos relacionados aos contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$2.955.454 em 2020, R\$3.163.417 em 2021, R\$3.338.625 em 2022, R\$3.504.460 em 2023 e R\$69.061.333 após 2023, tendo seu prazo final em 2053.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no exercício findo de 31 de dezembro de 2019 que foram homologados pela ANEEL.

### 32. Cobertura de seguros

---

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil. Ambos os programas têm validade no período compreendido de 31 de outubro de 2019 a 31 de outubro de 2020.

As especificações por modalidade de risco, estão demonstradas a seguir:

Riscos	Importância segurada	Limite máximo de indenização
Risco operacional	R\$ 2.118.778	R\$ 4.441.236
Responsabilidade civil	N/A	R\$ 79.642